



1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 31ª
(TRIGÉSIMA PRIMEIRA)
REUNIÃO ORDINÁRIA**

**DA CPI PARA INVESTIGAR OS ATOS OCORRIDOS EM 12 DE DEZEMBRO DE 2022 E 08 DE JANEIRO DE 2023, ESPECIALMENTE CONTRA OS PODERES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL,
DE 26 DE OUTUBRO DE 2023.**

INÍCIO ÀS 10H

TÉRMINO ÀS 12H50MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Declaro aberta a 31ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Antidemocráticos do DF, para investigar os atos ocorridos em 12 de dezembro de 2022 e 08 de janeiro de 2023, especialmente contra os Poderes da República Federativa do Brasil.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta reunião está sendo transmitida pela TV Câmara Distrital.

Informo que a Coordenadoria de Polícia Legislativa fez o isolamento dos assentos destinados aos deputados dispostos no plenário para uso exclusivo dos parlamentares e dos advogados que estiverem acompanhando o depoente e das autoridades autorizadas por esta presidência. Assessores e demais interessados deverão ocupar as cadeiras dispostas ao fundo ou na galeria.

Solicito aos deputados que registrem as suas presenças. Deputado Hermeto e deputado Fábio Félix, registrem a presença. O deputado Pastor Daniel de Castro já a registrou e eu também. (Pausa.)

Encontram-se presentes os deputados titulares: deputado Chico Vigilante, deputado Hermeto, deputado Fábio Félix e deputado Pastor Daniel de Castro.

Por enquanto não há nenhum suplente ainda presente. Será que o pessoal está cansando?

Sobre a mesa, as seguintes atas de reuniões anteriores:

– Ata da 20ª Reunião Ordinária.

Tendo em vista que a referida ata foi distribuída aos deputados, indago ao deputado Hermeto, nosso relator, ao deputado Fábio Félix e ao deputado Pastor Daniel de Castro se concordam em dispensarmos a leitura e darmos como lida e aprovada a referida ata.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota “sim”.

A ata obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovada.

– [Ata da 30ª Reunião Ordinária](#), realizada no dia 19 de outubro de 2023.

Tendo em vista que a referida ata foi distribuída aos deputados, indago ao deputado Hermeto, nosso relator; deputado Fábio Félix e ao deputado Pastor Daniel de Castro se concordam em dispensarmos a leitura e darmos como lida e aprovada a referida ata.

DEPUTADO HERMETO – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sim.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Esta presidência vota “sim”.

A ata obteve 4 votos favoráveis. Houve 3 ausências.

Está aprovada.

Pergunto ao deputado Hermeto, relator desta comissão, se deseja fazer algum comunicado.

DEPUTADO HERMETO – Oficialmente, já fiz o comunicado aos parlamentares da CPI.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Informamos que, semana que vem, não haverá reunião desta CPI em virtude do Dia de Finados, que será na próxima quinta-feira.

No dia 9 de novembro de 2023, ouviremos o major Cláudio Mendes dos Santos e, finalmente, no dia 16 de novembro de 2023, ouviremos o coronel Reginaldo Leitão. Esse é o cronograma.

Nós temos um requerimento de autoria da deputada Paula Belmonte.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a [pauta](#) disponibilizada pela CPI.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Requerimento administrativo:

Discussão e votação do Requerimento nº 212/2023, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “Requer a convocação do senhor Eduardo de Oliveira, perito judicial do Núcleo de Inteligência para combater a violência política, na condição de testemunha, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal – CPP, combinado com o art. 3º da Lei Federal nº 1.579/1952, para prestar esclarecimentos sobre os fatos ocorridos no dia 08 de janeiro de 2023”.

Em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro, que foi o primeiro a solicitar.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de fazer uma pergunta. Quantas oitivas nós ainda faremos? Só a do dia 9 e a do dia 16 ou há previsão e condição de mais outras?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Foi o que nós combinamos: faremos a do dia 9 e a do dia 16.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pois é, se só temos mais essas 2 oitivas, acho desnecessário submetermos à votação o requerimento de uma nova oitiva, porque sabemos que nós não iremos fazê-la.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Por mim, pela relatoria, encerro nesse cronograma. Esta CPI já existe há 10 meses. Na minha concepção, não é para ouvir mais ninguém.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, é exatamente esta a escolha da comissão: se vamos fazer mais depoimentos. Se formos fazer, eu mesmo tenho requerimentos aprovados e eu gostaria que os depoentes fossem ouvidos.

Então, do meu ponto de vista, temos que aprovar hoje se vamos ter a oitiva do dia 9 e do dia 16 e depois a sessão de apresentação do relatório, ou se vamos abrir para novos depoimentos. Neste caso, acho que devemos retirar de pauta o requerimento para que ele não seja apreciado e oficializar hoje os próximos 2 depoimentos e a leitura do relatório.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Presidente, praticamente trabalhamos em consenso e aprovamos por unanimidade quase todas as pessoas que foram submetidas a um requerimento, exceto 1. Então, para que não rejeitemos um requerimento no final da CPI, a minha sugestão também é que ele apenas seja retirado de pauta.

DEPUTADO HERMETO – Concordo também, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sendo assim, retiro o requerimento de pauta, tendo em vista que a maioria dos deputados são contrários à apreciação em função do calendário já aprovado. Só teremos mais 2 depoimentos, nos dias 9 e 16, do major Cláudio de Castro e do coronel Leitão.

Oitiva de depoente.

Oitiva do senhor Saulo Moura da Cunha, ex-diretor adjunto da Agência Brasileira de Inteligência, a Abin.

Os requerimentos que tratam desta convocação são os seguintes: Requerimento nº 170/2023, de autoria do deputado Hermeto; e Requerimento nº 176/2023, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro.

Já tendo sido devidamente qualificado pela Coordenadoria de Polícia Legislativa desta casa de leis, convido a comparecer a este plenário o senhor Saulo Moura da Cunha.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Senhor Saulo Moura da Cunha, esclareço que o senhor está diante de uma comissão parlamentar de inquérito na condição de testemunha e, como tal, tem o dever de dizer a verdade sob pena de incorrer nos crimes previstos no art. 4º, inciso II, da Lei nº 1.579/1952, combinado com o art. 342 do Código Penal. Apesar disso, em razão de o senhor ser servidor de carreira da Agência Brasileira de Inteligência, a Abin, tendo, inclusive, ocupado o cargo de diretor adjunto, faculta-se a vossa senhoria, nos termos do art. 207 do Código de Processo Penal, o direito ao silêncio exclusivamente no que se refere às informações de que teve conhecimento em razão do cargo ou da função exercida na Abin, conforme, inclusive, decidiu o Supremo Tribunal Federal no bojo do *Habeas Corpus* nº 230791-DF, impetrado pela Advocacia-Geral da União em seu favor contra o ato do presidente da CPMI dos atos do dia 8 de janeiro, que tramitou no Congresso Nacional.

Feito o registro, informo a todos que o depoente está sendo representado pela Advocacia-Geral da União, por meio dos advogados públicos Marcelo Loureiro e Leonardo Fraga, a quem dou boas-vindas.

Senhor Saulo, antes de iniciar as minhas perguntas, eu gostaria de saber se o senhor deseja fazer alguma declaração nesta CPI.

SAULO MOURA DA CUNHA – Bom dia a todos, deputado Chico Vigilante. Eu quero aqui agradecer o convite. Espero poder colaborar com esta CPI, se ainda resta alguma dúvida em relação à atuação da Agência Brasileira de Inteligência durante os eventos de 8 de janeiro. Já estive na CPMI do Congresso, fiquei lá 7 horas depondo; colaboramos também com o inquérito que corre em sigilo no STF. Não me alongando mais, estou à disposição dos excelentíssimos senhores e senhora.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado.

Vice-presidenta, deputada Jaqueline Silva, venha para a mesa porque aqui é o seu lugar.

Senhor Saulo, qual cargo de carreira, quais funções comissionadas ou de direção o senhor já ocupou dentro da Abin ou em outros órgãos do governo federal?

SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, eu sou oficial de inteligência concursado da Agência Brasileira de Inteligência. Entrei na agência – inclusive um pouco antes da sua criação; ainda não era agência – em 1999; sou oficial de inteligência de carreira. Já fui, dentro da agência, superintendente no estado do Mato Grosso do Sul. Já fui diretor de integração, coordenador do departamento que coordena o sistema... coordenava na época o Sistema Brasileiro de Inteligência. Já fui diretor do Departamento de Contraterrorismo e Ilícitos Transnacionais da Agência Brasileira de Inteligência. No último governo, estive como adido, um pouco antes do último governo fui designado adido de inteligência na embaixada do Brasil em Tóquio. Retornei, fui coordenador-geral de relações institucionais da Agência Brasileira de Inteligência. No início desse governo, no dia 2 de janeiro, fui nomeado para diretor-geral adjunto da Agência Brasileira de Inteligência, cargo que eu ocupei até o início de março.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Senhor Saulo, qual é a sua relação com o governo Bolsonaro e com os generais e ex-ministros-chefes do GSI, general Augusto Heleno e general Gonçalves Dias?

SAULO MOURA DA CUNHA – Durante praticamente todo o governo Bolsonaro, eu estive fora do país, estava na adidância no Japão. Não conheci... Conheci rapidamente o general Heleno em função da minha atividade, quando houve uma visita do presidente Bolsonaro ao Japão; não tive nenhuma relação com ele. Em relação ao general Gonçalves Dias, foi o ministro que me convidou para ser o diretor-geral adjunto da Abin; nós já havíamos trabalhado juntos. Eu fui – não citei aqui porque não era na Abin – chefe da assessoria parlamentar do Gabinete de Segurança Institucional do governo Lula; quando o ministro Jorge Armando Felix era o ministro, eu era chefe da sua assessoria, e o general G. Dias era chefe da segurança da Secretaria de Segurança Presidencial. Nós nos conhecemos naquela época. E, ao ser convidado para ser o novo ministro do GSI por este governo, o general G. Dias se lembrou do meu nome, tendo em vista que a Abin à época era subordinada ao GSI, e me convidou para ser o diretor adjunto da Abin naquele momento, porque o diretor-geral precisa passar ainda por uma sabatina no Congresso Nacional. Então, não havia condições, logo na virada do governo, de indicar um diretor-geral. Havia que se esperar a sabatina no Congresso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Senhor Saulo, como o senhor explica a falsificação de documentos relativos aos alertas do dia 8 de janeiro de 2023 recebidos pela Abin? O senhor foi o responsável por essas falsificações? O general Gonçalves Dias entrou em contato com o senhor e solicitou que o nome dele fosse retirado do documento enviado ao Congresso Nacional? O senhor tem como provar que tal solicitação partiu do então ex-ministro G. Dias?

SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, eu não chamaria de falsificação. Eu vou contar para o senhor o que aconteceu.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Por favor, precisamos desses esclarecimentos.

SAULO MOURA DA CUNHA – Depois dos acontecimentos do 8 de janeiro, a Comissão de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional solicitou ao Gabinete de Segurança Institucional que fossem encaminhados a ela os eventuais alertas de inteligência que a Abin havia feito e para quem eles tinham sido dirigidos. Eu fiz uma planilha e encaminhei ao ministro do GSI, que incluía os alertas institucionais feitos pela Abin e incluía ali também aqueles alertas que foram por mim encaminhados ao ministro, que são praticamente os mesmos. O ministro recebeu praticamente todos os alertas do meu telefone particular, como ficou comprovado quando eu abri o meu sigilo na CPMI. Meu sigilo telefônico foi aberto, foi disponibilizado na CPMI do Congresso Nacional, pois estavam ali, portanto, os alertas encaminhados ao ministro do GSI por mim. O

ministro me solicitou – e isso também está comprovado na minha quebra de sigilo –, ele me mandou uma mensagem solicitando que, na planilha a ser encaminhada, constassem apenas os alertas institucionais. Certo? Eu peguei essa primeira planilha, arqueei na Agência Brasileira de Inteligência e encaminhei para ele a planilha com os alertas institucionais. Quero ressaltar aqui que, na lei que cria a Abin e o Sistema Brasileiro de Inteligência, há um artigo, o artigo 9-A, que diz claramente que o responsável e quem determina as informações que serão prestadas às autoridades é o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional. Portanto, é o ministro que determina aquilo que a Abin encaminha ou não encaminha às autoridades. Certo? Essa planilha, a primeira planilha, foi arquivada, e eu encaminhei uma outra planilha para o ministro. E essa planilha foi encaminhada pelo ministro ao Congresso Nacional. Com a troca de ministro, a nova administração achou por bem encaminhar esta segunda planilha, de que eu havia determinado o arquivamento também na Abin. Esse é o relato dos fatos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo.

O senhor afirmou, na CPMI, que não adulterou o relatório, mas retirou uma informação por ordem de G. Dias. Segundo o senhor, o general G. Dias decidiu que essa informação do envio de alerta que recebeu não constaria do relatório a ser encaminhado pela Abin. E ainda, segundo o senhor, é o ministro que decide o que será encaminhado, conforme a lei. Porém lhe pergunto: o senhor, como funcionário público, não deveria ter se recusado a enviar um relatório que não relatava a verdade? Essa ordem do ministro G. Dias não configuraria uma ordem manifestamente ilegal?

SAULO MOURA DA CUNHA – Na avaliação da Agência Brasileira de Inteligência, não. O que eu não posso me recusar é a fazer a planilha. Essa primeira planilha foi feita. E ela estava arquivada na Abin. Certo? Não se configurava, na nossa avaliação, uma ordem manifestamente ilegal, porque partiu do ministro. Certo? É o ministro que decide. Está na lei que é o ministro que decide. Então, na nossa avaliação, não houve ordem ilegal. O que eu não podia me recusar é apresentar ao ministro as informações que estavam disponíveis, que foram as primeiras informações apresentadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor está afirmando aqui que o G. Dias não falsificou documento?

SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não estou afirmando que ele não... Eu não estou falando de falsificação, em momento nenhum, de falsificação. Eu estou falando que o general G. Dias determinou que a planilha a ser apresentada contivesse apenas os contatos institucionais.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Senhor Saulo, quais informações foram realmente recebidas pela Abin na semana que antecedeu o dia 8 de janeiro de 2023? Essas informações foram retidas pela Abin ou foram repassadas para o GSI e demais órgãos de inteligência que participavam da Célula Integrada de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal?

SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, eu trago aqui a relação dos alertas emitidos pela Abin, já disponível no relatório da CPMI, mas já está aqui. Nos dias que antecederam o 8 de janeiro, a Abin emitiu 33 alertas de inteligência, 33. Nós começamos a tratar do dia 8 de janeiro já no dia 2. No dia 2 de janeiro, já circulavam em redes informações dessa expectativa de manifestação em Brasília, ainda com baixa adesão; mas, a partir daí, nós emitimos. Todas as informações recebidas pela Abin dos órgãos, dos seus órgãos, dos órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência e das suas próprias fontes, ou seja, por meios próprios, foram inseridas em alguns grupos de mensageria. Primeiramente, num grupo chamado Consisbin, cujos integrantes eram: os centros de inteligência das Forças Armadas, CIE, CIAER e CIM; a DINT – Diretoria de Inteligência, da então Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça; o próprio GSI, que tinha um representante nesse grupo; a Agência Nacional de Transportes Terrestres. Até o dia 6, as informações foram inseridas nesse grupo. No dia 7, pela manhã, eu determinei ao meu adjunto que fizesse contato em função... Aí já tínhamos uma expectativa maior de participação. Havia indícios de que poderíamos ter problemas mais sérios. Eu orientei o meu adjunto a encaminhar essas informações que estavam sendo produzidas pela Abin à própria subsecretária de inteligência, doutora Marília, que fez contato

com ela e compartilhou essas informações.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Subsecretária de inteligência da Secretaria de Segurança Pública do DF?

SAULO MOURA DA CUNHA – Da Secretaria de Segurança Pública do DF. Então, a partir da manhã do dia 7, ela também recebeu...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ela já sabia?

SAULO MOURA DA CUNHA – Ela recebeu os nossos alertas e ela interagiu conosco. E, com a criação, pela Subsecretaria de Inteligência, do grupo, da célula integrada... Recriação, na verdade, da Célula de Inteligência Integrada de Segurança Pública – CIISP, que é um grupo que continha ali mais de 20 entidades, mais de 20 órgãos: todos esses órgãos federais de que eu já falei para o senhor, mais as Polícias Legislativas da Câmara e do Senado, mais os órgãos de segurança do DF – setor de inteligência, eu estou falando aqui –, mais os órgãos de inteligência das forças de segurança do DF, STF, STJ, enfim, uma série de órgãos. Com a criação desse grupo, a recriação desse grupo, pela Secretaria de Inteligência, nós passamos a inserir nesse grupo as informações recebidas. Quero ressaltar que a operação de segurança relativa ao dia 8 de janeiro era do GDF. Certo? A Abin estava colaborando com as suas informações do ponto de vista da inteligência estratégica, mas eram aquelas informações que nós recebíamos sob o ponto de vista de uma eventual – como acabou acontecendo – tentativa de atos antidemocráticos, invasão de Poderes. Ou seja, esses 33 alertas, que eu vou encaminhar aqui e colocar à disposição do senhor, foram disponibilizados para autoridades federais, a princípio, porque são os nossos parceiros naturais – a Abin é uma agência federal –, e, depois, para os órgãos de inteligência e de segurança pública, também distritais e de outros Poderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor achou estranho que que o Complexo de Segurança do Distrito Federal, a inteligência da Secretaria de Segurança, a inteligência da Polícia Militar, a inteligência da Polícia Civil, que o senhor está afirmando que receberam todos esses alertas, não fizeram nada? Vocês não acharam estranho?

SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, veja bem: a informação da Abin, uma informação de inteligência, ela é feita para assessorar o poder decisório. Nesse caso, quem estava com a decisão eram as forças de segurança do DF. Obviamente, eu acho que os fatos falam por si mesmos. Houve falhas, óbvio, senão nós não teríamos a depredação das sedes dos 3 Poderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A Abin atuou no dia 12 de dezembro de 2022?

SAULO MOURA DA CUNHA – Nós produzimos... Eu não era, ainda, o diretor encarregado. Agora, no dia 12 de dezembro, eu não posso afirmar para o senhor exatamente quantos relatórios foram produzidos, mas obviamente a Abin acompanhou os fatos, mais uma vez, do ponto de vista dos atentados ao Estado democrático de direito.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E no dia 24, quando daquela colocação da bomba no aeroporto, da tentativa de se explodirem as torres de alta tensão de Furnas, em Samambaia e em Taguatinga Sul, e da tentativa de explodir a Rodoviária do Plano Piloto, o serviço de inteligência da Abin detectou essas possibilidades antes?

SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, mais uma vez, eu não estava à frente da Abin nessa época, certo? Então, não tenho acesso à quantidade dos documentos ou à qualidade dos documentos que foram produzidos. Agora, a Abin já vinha acompanhando, obviamente, toda essa movimentação. Mas obviamente quem pode falar sobre isso é a Agência Brasileira de Inteligência, a sua direção atual, que detém esses conhecimentos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A Abin esteve no acampamento dos golpistas, ali na Praça dos Cristais?

SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não posso informar isso em função do sigilo funcional.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ah, está certo.

Senhor Saulo, durante o governo Bolsonaro, como foi o comando da Abin? O senhor era ligado ao ex-diretor-geral da Abin, delegado Alexandre Ramagem?

O ex-presidente Jair Bolsonaro, em uma reunião, disse ao ex-ministro Sérgio Moro que ele tinha um pessoal de inteligência e que essa inteligência seria mais útil a ele, Bolsonaro, do que a inteligência da Polícia Federal. O senhor saberia nos dizer sobre qual inteligência o ex-presidente estaria falando? Agentes da Abin, durante o governo Bolsonaro, montaram uma Abin paralela para blindar o ex-presidente, seus familiares e amigos políticos?

SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, mais uma vez: eu estava fora do Brasil, eu estava no Japão. Então, eu não posso avaliar isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quando o senhor voltou, não ouviu falar disso?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não. Da minha parte, não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ninguém, na Abin, comentava a respeito disso?

SAULO MOURA DA CUNHA – Comigo, não, deputado. Comigo, não. Eu assumi a Abin no dia 2 de janeiro, com a convicção de que a agência precisa fazer um trabalho democrático, voltado para o Estado democrático de direito. Não olhei para trás. Houve algumas trocas, trocamos alguns diretores e começamos a fazer o nosso trabalho. Durei 2 meses lá. Não posso dizer como as coisas estão, mas eu tenho a convicção de que a Abin é uma agência... Os servidores da Abin... ou seja, eu falo pelos servidores – são servidores de carreira, são mais de 1.800, talvez, hoje na ativa, muitos concursados, nós tivemos vários concursos. Os servidores da Abin estão empenhados com o Estado democrático de direito.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas o senhor teve conhecimento daquilo que a imprensa está noticiando agora, que eles compraram um aparelho israelense e monitoraram 30 mil pessoas? Ninguém comentou isso com o senhor quando o senhor estava na direção da Abin?

SAULO MOURA DA CUNHA – Só pela imprensa. Quando eu cheguei na...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor viu aquele aparelho ou não?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não. Esse aparelho, pela imprensa, ele foi desativado em 2021. Quando eu cheguei na Abin, havia uma correção em andamento, sigilosa, de cujo conteúdo eu não tomei conhecimento porque eu não durei lá esse...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas estavam apurando esse fato?

SAULO MOURA DA CUNHA – Estavam apurando esse fato e, logo depois, segundo a imprensa, foi aberta uma sindicância, mas eu não sei o conteúdo dessa correção.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ninguém comentava que eles tinham montado...

SAULO MOURA DA CUNHA – Era um processo sigiloso, deputado, era um processo sigiloso. Nem o diretor da Abin fazia isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E o senhor sabe como funcionava esse monitoramento das pessoas?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não sei.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Porque disseram que era para quem era oposição ao Bolsonaro. Se era, eu também devo ter sido monitorado.

SAULO MOURA DA CUNHA – Não posso informar. Eu respondo por mim. Na minha gestão...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O senhor desconfia de que o senhor também foi monitorado ou não?

SAULO MOURA DA CUNHA – Acho que não. Acho que não. Eu estava fora do país. Mas respondo por mim. Na minha gestão, esse instrumento não foi utilizado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E esse aparelho está onde hoje?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não sei dizer para o senhor. Nunca vi esse aparelho.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Senhor Saulo, como diretor adjunto da Abin, como servidor de carreira desde 1999, o senhor deve ter conhecimento de todos os programas utilizados pela agência. Sendo assim, faço a seguinte pergunta: o senhor sabia que a Abin havia – eu estou repetindo – sido aparelhada no governo de Jair Bolsonaro para espionar inimigos políticos e até mesmo ministros do STF?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não, senhor. A Abin... A atividade de inteligência é uma atividade compartimentada. Esses assuntos nunca foram discutidos comigo. Mais uma vez: eu voltei ao país... eu saí, em 2018, e voltei no início de 2022. Tirei uma licença-capacitação e retornei à Abin praticamente no final do governo Bolsonaro. Isso, comigo, não foi discutido.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mas, se fizeram isso, fugiram completamente à finalidade da Abin.

SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, se houve isso, sim. Mas essa é uma opinião pessoal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim, é uma opinião do senhor como servidor.

SAULO MOURA DA CUNHA – Se houve isso, sim. Obviamente a Agência Brasileira de Inteligência não tem esse objetivo, mas essa é a minha opinião pessoal. Não tenho conhecimento dos fatos. Há um inquérito em andamento na Polícia Federal. Acho que as notícias aí deixam isso claro. É um inquérito sigiloso, inclusive. Então, eu não posso fazer juízo de valor, mas vamos aguardar as conclusões do inquérito.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu acho muito grave que uma agência de inteligência seja transformada numa agência de arapongagem. Foi isso que fizeram.

SAULO MOURA DA CUNHA – Se isso aconteceu, sim, com certeza. É grave e ilegal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – E arapongagem é gravíssimo.

SAULO MOURA DA CUNHA – Mas, mais uma vez, é uma opinião pessoal.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Senhor Saulo Moura, o senhor sabia da utilização desse aparelho de espionagem ilegal na Abin? O atual diretor da Abin, Luiz Fernando Côrrea, e o diretor adjunto da Abin, Alessandro Moretti, sabiam do uso indevido desse aparelho antes da operação da Polícia Federal? Em qual gestão essa aparelhagem da agência ocorreu? Foi na gestão do ex-diretor da Abin e atual deputado federal Alexandre Ramagem?

SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, não sei dizer. Eu não sei lhe dizer. Inclusive, eu acho que esse não é o objeto desta CPI, mas eu estava...

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É porque por aqui podemos encontrar o trabalho que eles fizeram de espionagem e de monitoramento, inclusive para ajudar nos atos antidemocráticos.

SAULO MOURA DA CUNHA – Mais uma vez, o senhor está falando com uma pessoa que foi diretor da Abin durante 2 meses, certo? E eu não tenho conhecimento da utilização desse instrumento. Mais uma vez digo que há em andamento um inquérito e não posso responder pela atual direção da Abin. Eu não tenho relações com a atual direção da Abin, os que vieram a me substituir. Não posso responder por isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Senhor Saulo, o senhor acredita que a Abin colaborou, de alguma forma, ativa ou passivamente, para os fatos ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023? O senhor, como oficial de inteligência, observou alguma falha no sistema de inteligência da Célula Integrada de Inteligência da Segurança Pública do Distrito Federal? As informações recebidas pela Abin referentes ao dia 8 de janeiro de 2023 foram compartilhadas entre as agências de inteligência que integravam a Célula Integrada de Inteligência de Segurança Pública do Distrito Federal?

SAULO MOURA DA CUNHA – Como eu disse, todas as informações recebidas pela Abin foram compartilhadas – as recebidas e produzidas pela Abin. Mais uma vez, foram compartilhadas com a Célula de Inteligência de Segurança Pública e com outros órgãos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A Abin não falhou?

SAULO MOURA DA CUNHA – No meu ponto de vista, não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Quem falhou?

SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, isso cabe a esta CPI apurar.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É por isso que eu preciso da colaboração do senhor na apuração, para descobrirmos quem falhou.

SAULO MOURA DA CUNHA – Eu diria o seguinte: posso responder pela Abin.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ela não falhou?

SAULO MOURA DA CUNHA – A Abin não falhou. A Abin produziu, mais uma vez, 33 alertas.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – A doutora Marília falhou?

SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não posso responder pela doutora Marília.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sim, mas o senhor é um oficial de inteligência.

SAULO MOURA DA CUNHA – Não vou emitir minha opinião sobre a colega.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está bem.

O senhor relatou, em depoimento à CPMI, que a Abin produziu 33 alertas de inteligência, entre os dias 2 e 8 de janeiro, sobre possível depredação às sedes dos 3 Poderes. Esses relatórios foram repassados a quais pessoas ou agências de inteligência? O senhor entende que, caso esses relatórios de inteligência tivessem sido divulgados a todas as agências e tivessem sido levados a sério, os atos do dia 8 de janeiro talvez não tivessem ocorrido?

SAULO MOURA DA CUNHA – Eu vou deixar com o senhor aqui todos os destinatários desses alertas e o conteúdo deles. Acho que isso vai esclarecer muito. Tem uma cópia também aí da parte do relatório da CPMI que fala da atuação especificamente da Abin no episódio – não no passado, no episódio. Os relatórios, na nossa avaliação de oficiais de inteligência, deixam bem clara a evolução dos fatos. Ou seja, você parte de uma convocação no dia 2, ainda com baixa adesão. Você vem até o dia 4 ou 5, ainda com poucas informações de ônibus vindos para o Distrito Federal. Nós tínhamos informações oriundas, naquele momento, apenas da ANTT – não foi compartilhada conosco nenhuma informação da Polícia Rodoviária Federal. Ou seja, nós tínhamos ali, até o dia 5 ou 6, uma perspectiva de baixa adesão. No entanto, já tínhamos ali algumas convocações incitando a ocupação de prédios públicos e atos antidemocráticos. A partir do dia 6 para o dia 7, esse cenário já muda. Se o senhor acompanhar os nossos alertas, o senhor vai perceber que os alertas indicaram isto: que havia já a adesão de mais ônibus oficiais – naquele momento, nós estávamos obtendo dados oficiais. Já na manhã do sábado, amanhecemos com o dado de mais 100 ônibus no DF. Todas essas informações foram compartilhadas, todas essas informações. Estão ali os órgãos com quem elas foram compartilhadas – a princípio, com os órgãos federais, porque são os nossos parceiros. A nossa interface normalmente com os órgãos distritais e estaduais é feita via Ministério da Justiça, que tem

o seu próprio sistema de inteligência, que é o Sistema de Inteligência de Segurança Pública. Nós alimentamos esse sistema eventualmente. E, com a ampliação da célula de inteligência integrada de segurança pública, todos esses dados entraram nessa célula. Então, do ponto de vista da Abin, as informações eram consistentes, já a partir do dia 7, de que você poderia ter uma manifestação de médio para grande porte, com discursos radicais; e, no dia 8, já com a identificação, inclusive *in loco*, de elementos radicais, de elementos que estavam no acampamento. Isso já está sendo apurado. Muitos deles já foram presos, elementos que estavam dentro do acampamento utilizando já, por exemplo, contramedidas contra gás – ou seja, na expectativa de que usando máscara de vinagre... Se preparando para um eventual confronto – o que, na nossa visão, deixa claro que ali já havia uma intenção de, pelo menos, manifestações violentas. Então, as informações de inteligência foram compartilhadas na célula de inteligência de segurança pública. E, justiça seja feita, não era só a Abin que estava colocando informações lá. Certo? Os órgãos de inteligência, a partir do momento da criação dessa... Outros órgãos de inteligência da própria Secretaria de Segurança Pública e dos seus braços, da inteligência da PM, da inteligência da própria Polícia Civil, das polícias legislativas, esses segmentos estavam colaborando também nesse grupo. Há uma conversa extensa nesse grupo, uma série de alertas desse grupo que deixavam claro ali que a inteligência estava acompanhando os eventos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está certo. Muito obrigado, senhor Saulo.

Passo a palavra ao deputado Hermeto, relator desta CPI, que tem à disposição o tempo que achar necessário.

DEPUTADO HERMETO – Obrigado, presidente.

Senhor Saulo, o senhor trabalha na Abin há 25 anos. Antes de eu entrar nas minhas perguntas propriamente escritas, vamos falar de outras manifestações, sem ser as do dia 8, porque aconteceram dezenas, centenas de manifestações em Brasília. A Esplanada dos Ministérios é palco para as manifestações de todo o Brasil.

A Abin sempre municiou as agências da Polícia Militar, como o senhor falou, e da Polícia Civil com essas informações, de quando ia haver essas manifestações?

SAULO MOURA DA CUNHA – Bom, um dos acompanhamentos da agência... A agência faz uma inteligência estratégica. Não é uma inteligência voltada propriamente para a segurança pública ou segurança...

DEPUTADO HERMETO – Entendi.

SAULO MOURA DA CUNHA – Mas quando há risco, quando se percebe que há algum risco de atos antidemocráticos ou de atentados à ordem institucional, a agência, recebendo essas informações, as compartilha.

DEPUTADO HERMETO – Como as manifestações que acontecem...

SAULO MOURA DA CUNHA – Grandes eventos, por exemplo, como a posse presidencial obviamente. Durante os ciclos de grandes eventos esportivos que recebemos, a Abin acompanhou. Ou seja, então nós temos...

DEPUTADO HERMETO – Como a Copa do Mundo que houve aqui em Brasília?

SAULO MOURA DA CUNHA – Sim. Algumas manifestações, por exemplo, populares, se havia riscos às instituições, a Abin acompanhava.

DEPUTADO HERMETO – A Abin alerta todos os órgãos de inteligência do Distrito Federal?

SAULO MOURA DA CUNHA – Necessariamente, não alerta diretamente. Agora, quando a operação é... Ou seja, quando é criada, por exemplo, uma célula de inteligência, como aconteceu com a criação dessa célula de inteligência da Subsecretaria de Inteligência, nós participamos. Eventualmente não alertamos diretamente, porque a nossa interface é o Ministério da Justiça, mas o Ministério da Justiça, com certeza, repassa essas informações também.

DEPUTADO HERMETO – Os senhores não têm contato direto com o centro de inteligência da Polícia Militar e nem com o da Secretaria de Segurança Pública?

SAULO MOURA DA CUNHA – Nós temos mais contato, quando há necessidade, com a Subsecretaria de Inteligência de Segurança Pública. Normalmente... Há, obviamente, uma boa relação com o centro de inteligência da PM e o da Polícia Civil, mas eles produzem uma inteligência mais voltada para os seus próprios assuntos. Então muitas vezes não temos dados que devam ser compartilhados com eles, uma vez que a nossa inteligência é mais estratégica.

DEPUTADO HERMETO – Algumas das perguntas que irei fazer, o deputado Chico Vigilante já fez, mas as faço novamente só para conferência, está bom?

SAULO MOURA DA CUNHA – Por favor.

DEPUTADO HERMETO – Senhor Saulo, o senhor confirma que mandou alertas de inteligência para o general G. Dias sobre os atos do dia 8 de janeiro?

SAULO MOURA DA CUNHA – Confirmando. Compartilhei com o ministro, mas antes do dia 8 de janeiro. Eu encaminhei 90%, eu diria 95% desses alertas. Talvez não no início, porque a adesão às manifestações era baixa, mas os alertas foram compartilhados com o general G. Dias. Encaminhei para ele não só os alertas, mas também muitas das informações que se encontravam na célula de inteligência. Ele não fazia parte da célula. Havia nessas células de inteligência de segurança pública um representante do GSI – ou deveria haver. Ou seja, o GSI deveria estar recebendo por ali também, mas eu compartilhei com o ministro do meu telefone pessoal todos os alertas recebidos.

DEPUTADO HERMETO – O senhor se lembra a partir de qual dia o senhor compartilhou?

SAULO MOURA DA CUNHA – De cabeça, não.

DEPUTADO HERMETO – Uns 5 dias antes?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não com certeza. Cinco dias eu não diria, nós tivemos 5 dias úteis. Na verdade, do dia 2. Acredito que, a partir do dia 3 e do dia 4, nós já estávamos conversando. A partir do momento em que a adesão dos ônibus começou a aumentar, eu passei a conversar com ele constantemente.

DEPUTADO HERMETO – No mínimo, o general G. Dias, tendo esses alertas... Independentemente da segurança pública do Distrito Federal, seria compreensível o Palácio do Planalto ter um efetivo bem eficiente, não é?

Do meu ponto de vista como relator, qualquer ser humano que receba um alerta de que pode acontecer alguma coisa trágica e ele tem o poder de fazer uma mobilização – ele tem o Batalhão da Guarda Presidencial, que são mais de 1000 homens, ou 2000 homens... O mínimo, senhor Saulo, independentemente do que a Polícia Militar vai fazer, do que o outro vai fazer, seria que o Palácio do Planalto estivesse com um efetivo bem razoável para isso – o senhor não concorda? – independentemente dos outros órgãos.

SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, como esclareci para o deputado Chico...

DEPUTADO HERMETO – Se o senhor quiser responder ou se não quiser responder, não há problema algum.

SAULO MOURA DA CUNHA – Eu só quero fazer um esclarecimento que é importante para a gente entender a atividade de inteligência. Depois que a informação sai da atividade da agência de inteligência, a agência não é mais dona da inteligência, não é mais dona da informação. Então, a gente não pode avaliar isso.

DEPUTADO HERMETO – Entendi.

SAULO MOURA DA CUNHA – Ou seja, muitas vezes, o decisor.. Eu quero lembrar – e não estou aqui falando de caso concreto, não estou falando aqui do ministro ou de caso concreto –, mas é importante a gente lembrar que, muitas vezes, o decisor tem outras informações, de outras fontes,

além daquela da inteligência.

DEPUTADO HERMETO – Tudo bem, mas quero registrar que qualquer... Vou ajeitar a minha casa primeiro. Eu tenho o Batalhão da Guarda, eu tenho toda uma estrutura. Independentemente dos outros órgãos, eu vou cuidar do meu espaço. Então, o mínimo que teria que haver naquele dia seria um batalhão dentro do Palácio do Planalto, esperando o que pudesse acontecer. Se a Polícia Militar falhou, se outros falharam...

Então, que fique registrado isso.

O que exatamente era informado nesses alertas de inteligência, senhor Saulo?

SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, depois o senhor vai poder ler com mais calma. O que nós estávamos informando era o seguinte no início: primeiro, a convocação de uma manifestação; depois, obviamente, a adesão a esta manifestação; e, depois, a qualidade da adesão. Nós estávamos conversando ali atrás. Como eu disse para o senhor, nós tivemos a posse presidencial; nós temos, todos os anos, milhares de pessoas em Copacabana. São eventos pacíficos. Então, precisa-se saber também da qualidade da adesão à manifestação, em que tipo de grupos essa manifestação está circulando. Por exemplo, se são grupos mais radicais, se aqueles personagens que estão aderindo já têm algum passado violento etc. Então, era isso o que nós estávamos tentando acompanhar. Primeiro, a convocação; depois, a adesão; depois, a qualidade da adesão; e, depois, a possibilidade de, efetivamente, nós termos ações violentas. Se o senhor ler os alertas, o senhor vai ver ali que há um encadeamento exatamente nesse sentido.

DEPUTADO HERMETO – Eu vou ler.

SAULO MOURA DA CUNHA – Até que nós chegamos, no dia anterior já, no sábado, com alguma certeza de que havia intenção dos manifestantes de atos violentos.

DEPUTADO HERMETO – Sábado.

SAULO MOURA DA CUNHA – Então, já fica claro. E, no dia, inclusive, nós estávamos acompanhando bastante de perto quais eram, antes da manifestação começar a se deslocar, os chamativos, os chamados para que houvesse depredações e invasões. Isso consta dos alertas.

DEPUTADO HERMETO – O senhor ligou para o general G. Dias para avisá-lo dos riscos do dia 8 de janeiro de 2023? Se sim, o que foi conversado?

SAULO MOURA DA CUNHA – Eu falei com o general, principalmente por mensagem, nos dias anteriores, às 8 horas da manhã.

DEPUTADO HERMETO – O senhor não falou por meio de voz, não?

SAULO MOURA DA CUNHA – Nos dias anteriores, não. Especificamente sobre a manifestação, não. No dia 8, pela manhã, eu mando uma mensagem para o general por volta das 8 horas. Digo para ele que já temos a adesão de mais de 100 ônibus. Ele interage comigo – meu sigilo já restou claro isso –, dizendo que achava que tínhamos problema. Por volta de 1 hora da tarde daquele dia, antes da manifestação começar a se deslocar, eu conversava com um colega, que é diretor de polícia de um dos órgãos – eu não vou citá-lo aqui – públicos aqui da praça dos 3 Poderes, e nós estávamos preocupados, estávamos acompanhando o grupo. Eu liguei para o general G. Dias por volta de 1 e meia da tarde, um pouco antes de a manifestação sair, e disse para ele – eu acho que ele relatou isso inclusive – que eu estava muito preocupado, que a manifestação já, claramente, se encaminhava para um destino violento e que eu estava muito preocupado com ele. O ministro me respondeu que ia avaliar e não interagimos mais. Ele falou pela imprensa depois que conversou com outras forças de segurança e com a própria Secretaria de Segurança Presidencial, mas nós não falamos sobre isso.

DEPUTADO HERMETO – O senhor acha que houve, de alguma forma, por parte do general G. Dias, alguma falta de informação ou que ele subestimou a informação que o senhor passou para ele?

É claro que o senhor responde se... Porque, se aconteceu alguma coisa, o senhor passou a informação...

SAULO MOURA DA CUNHA – Como eu disse, eu não posso avaliar os motivos, as razões do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional.

DEPUTADO HERMETO – Eu sou subtenente da polícia há 30 anos. Se eu sei que vai acontecer alguma coisa – o subtenente comanda uma fração, o oficial comanda mais –, eu vou reforçar a minha fração, eu vou ligar lá. Ligo para o comandante militar do Planalto e falo: “Eu quero um efetivo maior”; ligo para o comandante da Guarda Presidencial: “Eu quero o efetivo aqui dentro”. Se a PMDF vai falhar ou não vai, se o outro não vai...

Senhor Saulo, o general Penteado esteve nesta CPI e informou que não houve erro de planejamento do GSI, mas, sim, uma quebra no fluxo de informação. Explicou que o órgão sensor, que é a Abin, passou a informação do órgão decisor, que era, no caso, o General G. Dias, mas que ele não passou as informações aos órgãos atuadores, os quais tinham por competência fazer o planejamento.

Pergunto ao senhor: esse fluxo de informação está correto? E é realmente dessa forma que as coisas funcionam? Ou o senhor teria que ter passado essas informações para outras pessoas que não o general G. Dias?

SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, como eu disse, eu estava passando as informações para o general G. Dias porque, obviamente, o diretor-geral da Abin é, inclusive, subordinado a ele. Mas eu quero lembrar que, dentro desse grupo da célula de inteligência integrada, havia também um representante do GSI, ou deveria haver. Estava lá listado, certo? Então, inclusive, na minha opinião, na minha visão, após os fatos, inclusive, a informação estava sendo redundante, porque ela estava entrando na célula, na qual existia um integrante do GSI, ou deveria existir, e eu estava passando informação para a mais alta autoridade decisória. No meu alcance ali, eu não teria como passar essa informação para cima, mas a Secretaria de Segurança Presidencial do GSI tinha um representante nesse grupo. Ou seja, na minha opinião, os meios estavam, inclusive, sendo dobrados.

DEPUTADO HERMETO – Senhor Saulo, o senhor pode nos explicar detalhadamente como se deu a alteração do relatório de inteligência confeccionado pelo senhor?

SAULO MOURA DA CUNHA – Vou repetir aqui a informação dada ao deputado Chico Vigilante. Houve uma solicitação do Congresso ao Gabinete de Segurança Institucional, que, como eu disse para o senhor, é a autoridade responsável por responder ao Congresso Nacional. A solicitação não veio para a Abin. O ministro me solicita o rol das informações, dos alertas que foram encaminhados e os seus destinatários. Eu elaborei uma planilha, uma primeira planilha, e coloquei ali as informações que entraram nos grupos oficiais, tanto nos grupos da Abin quanto nas células de inteligência, todos os alertas detalhados e também aqueles alertas encaminhados por mim, pessoalmente, ao ministro. O ministro entrou em contato comigo, me mandou uma mensagem pedindo que fossem encaminhadas para ele – eu não encaminhei nada para o Congresso – as mensagens institucionais. O art. 9º A da Lei nº 9.883, que cria o Sistema Brasileiro de Inteligência e a Agência Brasileira de Inteligência, diz claramente que o responsável a prestar informações requisitadas da Agência Brasileira de Inteligência é o ministro-chefe da Agência Brasileira de Inteligência. Portanto, não cabe a mim questionar que informações o ministro quer mandar. Não poderia destruir a planilha, porque ela foi feita; não me cabe isso, ou seja, eu registrei, está registrado. Ela foi arquivada na Abin e uma nova planilha foi encaminhada. Houve uma mudança de direção na Abin, novo ministro também, a Abin saiu da subordinação do GSI e foi para a Casa Civil. Essa nova direção resolveu retirar a planilha que eu fiz, elaborada por mim, e encaminhar também essa planilha.

DEPUTADO HERMETO – A Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública do DF fez um relatório de inteligência na sexta-feira, dia 6, relatório ao qual os responsáveis pelo planejamento da SSP não deram muita importância, tanto que nem leram. Por que a Abin também

não fez um relatório antes do dia 8 de janeiro?

SAULO MOURA DA CUNHA – O senhor está perguntando por que a Abin não fez um relatório antes do dia 8 de janeiro?

DEPUTADO HERMETO – Sim.

SAULO MOURA DA CUNHA – Os relatórios de inteligência da Abin, deputado, são um pouco diferentes dos relatórios de inteligência de segurança pública. Eles são relatórios mais estratégicos. Então, por exemplo, a Abin fez obviamente relatórios de inteligência antes, inclusive antes de eu estar lá. Não posso entrar em detalhes sobre esses relatórios, mas foram sobre, por exemplo, a possibilidade dos atos antidemocráticos, a questão da bomba etc. Não posso entrar aqui em detalhes sobre eles. Mas, do ponto de vista estratégico, entre o dia 2 e o dia 8, nós não tínhamos material para elaborar um relatório de inteligência, o relatório de inteligência tem uma outra abordagem. Mas nós temos justamente esse instrumento, que são os alertas de inteligência, que é um instrumento mais tático, ou seja, ele transmite a informação que nós precisamos, mas não é uma informação estratégica que seja classificada etc. Mas ele transmite da mesma forma a informação, certo? Então, o fato de não ter havido um relatório de inteligência não significa que a informação não foi produzida. Ela foi produzida, sim, por outros meios, pelo meio dos alertas de inteligência. Lembro aqui, se o senhor me permite, que um alerta de inteligência não é um zap. Apesar de o meio ser o WhatsApp, muitas pessoas criticaram isso, é óbvio que isso não é uma situação ideal. Num mundo ideal, você teria uma ferramenta criptografada que atendesse mais de 20 agências, que todos pudessemos utilizar, mas isso, eu acho, poucos países do mundo têm. Então, a agência utilizava a ferramenta que estava à disposição de todos. Ele não é um alerta sigiloso, ou seja, não contém informações sigilosas, mas é uma informação processada, não é uma informação que uma pessoa viu na rua, está ali e tirou uma foto – não é. Essas informações chegam pelas nossas ferramentas de inteligência, pelas nossas ferramentas operacionais, sejam quais forem – pessoas etc. Ela vai para a agência, é processada dentro da nossa agência, o nosso grupo de analistas processa essa informação, faz uma avaliação crítica da informação, ou seja, tenta dar algum grau de certeza àquela informação, tenta dar alguma confiabilidade àquela informação e aí, sim, ela sai. Por isso é um alerta de inteligência. O fato de não ser um relatório de inteligência era porque o meio – relatório – naquele momento não se prestava a isso. Um relatório de inteligência, muitas vezes, demora 2, 3 semanas para ser feito – o nosso relatório de inteligência estratégico.

DEPUTADO HERMETO – O senhor poderia compartilhar as informações do seu aparelho celular com essa CPI somente no que diz respeito a essa troca de mensagem com o general G. Dias e os alertas de inteligência?

SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, eu compartilhei com a CPMI. O meu sigilo está aberto lá. Eu tenho muita preocupação. Eu fui diretor da Agência Brasileira de Inteligência, então eu tenho muita preocupação com essa questão da quebra de sigilo. Não é por falta obviamente de confiança no senhor, absolutamente...

DEPUTADO HERMETO – Mas o senhor compartilhou com a CPMI.

SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, mas ela está em sigilo lá. Eu sugiro, inclusive, que essa CPI peça o compartilhamento de provas com a CPMI.

DEPUTADO HERMETO – O senhor pode ter certeza de que essa CPI é...

SAULO MOURA DA CUNHA – Eu tenho certeza absoluta...

DEPUTADO HERMETO – Ela é muito – não vou dizer nada sobre a CPMI – mas, diferentemente da outra, ninguém aqui está fazendo palanque político. Nós trabalhamos na parte técnica, profundamente na parte técnica. O senhor pode ter certeza disso, e o meu relatório será técnico, apesar de estarmos em uma casa política.

Senhor Saulo, por último, às vezes, por falta de conhecimento técnico, fica faltando perguntar algo de importante aqui na CPI. O senhor gostaria de acrescentar algo que ajudasse no

esclarecimento dos fatos do dia 8? Há alguma coisa que o senhor queira acrescentar, falar sobre algo que eu não perguntei?

SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, acho que eu não tenho nada a acrescentar. Obviamente permaneço à disposição, depois desse depoimento, se os senhores tiverem alguma dúvida. O meu depoimento à CPMI do Congresso Nacional foi público, está público, são 7 horas de depoimento, certo? Inclusive, se os seus assessores quiserem assistir a ele, há outros aprofundamentos, mas eu estou à disposição do senhor para quaisquer outros esclarecimentos.

DEPUTADO HERMETO – Obrigado, senhor Saulo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está com a palavra, por até 25 minutos, o deputado Fábio Félix, por ordem de chegada.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Muito obrigado, presidente. Bom dia a quem acompanha a TV Câmara Distrital; bom dia aos servidores da casa, aos deputados e deputadas. Bem-vindo, senhor Saulo, à Câmara Legislativa do Distrito Federal e obrigado por prestar esclarecimentos.

Eu vou ser muito franco com o senhor para iniciar aqui a nossa discussão, porque eu acho que há uma disputa de teses em relação ao que aconteceu no dia 8 de janeiro. Primeiro, há uma tentativa de hierarquizar – do meu ponto de vista, de forma muito equivocada – o papel da Abin em relação à segurança pública da cidade.

Não sei se o senhor tem conhecimento – imagino que o senhor more aqui no Distrito Federal, foi até fácil o acesso do senhor à Câmara Legislativa do Distrito Federal na convocação para esse depoimento – de que o DF recebe um valor muito – se não me engano, foram 23 bilhões neste ano – do Fundo Constitucional.

Entre as missões do Fundo Constitucional está a garantia da segurança pública da cidade. Há uma tentativa em alguns momentos de jogar a responsabilidade da segurança pública do DF que, inclusive, é financiada pelo Brasil inteiro, em agências federais ou em órgãos federais. Nesta CPI, no meu ponto de vista, essa é uma estratégia de tergiversação da análise do que aconteceu no dia 8 de janeiro.

Essa é uma das teses. Começo citando-a porque daqui a pouco vou perguntar para o senhor sobre isso porque acho importante. O senhor trouxe o papel estratégico da Abin, que é diferente do de um órgão que produz inteligência para a segurança pública concreta. Então, acho que esse é um elemento fundamental de análise.

A segunda tese que é apresentada em vários momentos por alguns colegas nesta CPI é a seguinte: os senhores são praticamente os culpados. Quando chega um depredador ou um golpista aqui, eles praticamente abraçam a pessoa e têm pena dela. Eles querem libertá-los da prisão, acham isso lindo, passam a mão na cabeça dos golpistas. A culpa é praticamente dos profissionais do Palácio do Planalto e não da pessoa que entrou e depredou o STF, o Congresso Nacional ou o Palácio do Planalto.

Aqui eles abraçam os golpistas, choram com eles. Eles querem transformar os criminosos, os bandidos que se chamavam de manifestantes, em vítimas. Falo isso para o senhor saber um pouco do contexto. É uma inversão de valores tão absurda que acontece e também uma falta de noção de hierarquização da realidade. A responsabilidade pela segurança pública do DF é da Secretaria de Segurança Pública do DF. Isso é um fato. Estamos falando da proteção do Palácio do Planalto, do GSI, dos informes de inteligência da Abin, mas há uma hierarquia nesse processo.

Quando vem o manifestante, ele é praticamente abraçado e acolhido por alguns. É uma cena, às vezes, constrangedora. Quero dizer isso para o senhor porque estou acompanhando isso há 10 meses, deputado. Há 10 meses passamos por essas cenas constrangedoras. E o grande culpado de tudo – e não estou dizendo que ele não tem culpa, o relator vai tomar a decisão dele, o relatório federal vai dar sua decisão, assim como o Supremo Tribunal Federal – é um general.

Na verdade, o que eles querem é dizer que o presidente Lula é o culpado. Como o objetivo

deles é esse, não importam os fatos, não importa quem depredou, não importa quem não reconheceu o resultado das eleições, não importa quem estava lá, não importa se são golpistas, não importa o que aconteceu no QG. Para eles, não importa. Você vai ver: daqui a pouco vão começar as perguntas e eles querem saber do G. Dias – o general do Lula – que horas ele acordou, que horas ele falou.

Eles vão perguntar só isso para o senhor porque o único interesse deles não é apurar o dia. Eles não querem apurar o dia, eles querem abraçar os golpistas e acolhê-los. Eles dizem que eles são um bando de inocentes que foram para lá e tacaram pedra sem querer; bateram na polícia, quase mataram uma policial militar sem querer, não sabiam que estavam lá. Houve um empresário, senhor Saulo, que veio aqui – chega a ser cômico se não fosse trágico o que aconteceu no Brasil no dia 8 – e disse que chegou lá às 4 da tarde, subiu a rampa e não viu nada. Já havia bomba, tudo quebrando e ele não viu nada. Ele entrou no Palácio do Planalto para orar, para ir ao banheiro e para entender o que estava acontecendo. Ele não viu nada, mas o pau estava quebrando.

Aqui ele foi acolhido e alguns falaram que estavam envergonhados de ele estar sendo ouvido aqui. O cara estava envolvido no meio da depredação que gerou um prejuízo milionário para o país, e os deputados o acolhendo aqui. Isso é constrangedor. Eu fico um tanto quanto constrangido com essa postura.

Eu faço essa abertura já para fazer um mapa para o senhor, porque daqui a pouco vem o único objetivo de alguns aqui. O objetivo de alguns é só 1. Isso vai ser constrangedor? Vai ser, mas o senhor vai aguentar, porque isso faz parte do processo político, algumas cenas fazem parte do processo político. O senhor aguentou a CPMI, que é pior. Aqui o povo está mais *light*, vai ser mais tranquilo em relação a isso.

O nosso objetivo aqui – pelo menos, o meu objetivo – é fazer um mapa com algum senso de realidade. Não sou um terraplanista, eu acredito na Terra redonda, na ciência e eu olho para fatos.

Cito alguns fatos. Havia um presidente da República que não tinha reconhecido o resultado das eleições – isso é um fato. Existia no Brasil uma ação golpista, que era por uma intervenção militar, nos quartéis-generais. Eu vi, inclusive, que isso está no material de inteligência que nos foi entregue. Vocês mapeavam esse processo.

Quando o senhor chegou à cadeira de diretor-adjunto da Abin, existia um clima de insegurança institucional? O senhor pode me dizer isso? Qual era o clima quando o senhor assumiu a Abin, no meio desse contexto em que havia uma tentativa golpista no Brasil? Qual era o clima?

Mesmo que ela fosse mapeada de forma diferente, todos os alertas de inteligência a que nós temos acesso mapeavam que ainda existiam 11 rodovias com manifestação e existia a tentativa de não se garantir combustível. Os “santos” estavam tentando impedir o transporte de combustíveis. Como era o clima institucional quando o senhor encontrou?

SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, obrigado pelas perguntas. O senhor disse, só para esclarecer, o clima institucional do país? É disso que o senhor está falando?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Exato, mas a partir do olhar da Abin. Qual o olhar do senhor como diretor?

SAULO MOURA DA CUNHA – A partir do olhar da Abin, sim, obviamente havia... Nós estávamos ainda com alguns acontecimentos em andamento. Nós tínhamos garantido, graças a Deus, a posse segura do presidente. Seja qual for o presidente, o objetivo da Agência Brasileira de Inteligência é que o Estado constitucional e democrático de direito seja cumprido. Então, havia ali... As forças de segurança e de inteligência haviam garantido a posse do presidente, a despeito de tudo o que havia acontecido antes.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor participou da transição também?

SAULO MOURA DA CUNHA – Eu fui do governo de transição. O deputado Chico Vigilante lembrou 2 episódios. Tivemos o primeiro episódio no dia 12 de dezembro, eu não estava ainda na

direção da Abin, mas obviamente todos o conhecem, e, depois, nós tivemos uma tentativa de atentado, que, por muito pouco, não se transforma no, talvez, pior evento ou, talvez, o único evento terrorista deste país, que foi a tentativa de se explodir um caminhão de combustível dentro de um aeroporto.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim. Algo absurdo, que muitas vezes nem é repudiado nesta casa como deveria.

SAULO MOURA DA CUNHA – Então, obviamente havia, do ponto de vista de inteligência, eu não diria uma ameaça, porque as instituições brasileiras, como demonstrou o pós-8 de janeiro, têm seus instrumentos. Ela não se concretizou, mas havia pessoas, obviamente, que estavam tentando atentar contra o Estado democrático de direito.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, o senhor afirma que havia pessoas no país...

SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, eu acho que os fatos...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – ... que estavam tentando atentar contra o Estado democrático de direito?

SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, os fatos falam mais do que eu.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Sim, claro. Eu lhe pergunto isso porque o senhor assumiu esse cargo.

SAULO MOURA DA CUNHA – Sim. Nós tivemos uma invasão dos 3 Poderes. Então, eu acho que isso não há como negar, mas, enfim... Nós tínhamos ainda alguns bloqueios de estrada que poderiam afetar infraestruturas críticas – essa é uma preocupação da inteligência –, ou seja, causar desabastecimento, causar falta de combustível, por exemplo, no aeroporto, impedir medicamentos de transitarem etc. E você ainda tinha convocações, em redes sociais, à permanência de algumas pessoas dentro, acampadas em frente aos quartéis-generais. Ou seja, você ainda tinha convocações em redes sociais para atos que poderiam atentar contra o Estado democrático de direito. Portanto, a Abin acompanhava. Isso do ponto de vista estratégico, certo? Mais uma vez, não de segurança pública etc. A Abin não estava acompanhando o acampamento na frente do quartel, a questão do acampamento na frente do quartel. A questão é saber...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O contexto geral.

SAULO MOURA DA CUNHA – ... o contexto geral e se, ali, a partir dali, poderia haver alguma evolução para um atentado contra o Estado democrático de direito. Independentemente de quem estivesse no acampamento, não é?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Claro.

SAULO MOURA DA CUNHA – Ou seja, não se pode generalizar, mas também nós precisamos deixar claro que havia uma convocação de algumas pessoas ainda, alguns radicais, para atentar contra o Estado democrático de direito.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Está certo. Acho isso importante, porque, às vezes, acabamos saindo da rota do objetivo da CPI. O objetivo da CPI é descobrir quem são os intelectuais e os operadores, exatamente, dessa tentativa de atentar contra o Estado democrático de direito – isso é o principal – e, dentro disso, mapear as omissões, mapear os erros do Estado. Mas alguns querem...

Eu até peço desculpa ao senhor, porque vou lhe fazer uma pergunta um pouco estapafúrdia, na verdade, para tentar exemplificar o que nós vivemos, neste momento, no Brasil, o que não é só sintoma do que acontece aqui, mas também em outras casas legislativas.

O senhor acha que houve alguma operação ali, na Abin, naquele momento específico, ou no GSI, a favor do ato? O senhor acredita nisso?

SAULO MOURA DA CUNHA – Posso responder pela Abin. Enquanto eu estive lá, nenhuma.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor não acha que houve nenhuma colaboração?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não. Absolutamente. Mais uma vez, isso eu garanto. Já faço questão de aqui ressaltar isso. A Abin é feita...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E, nesse período em que o senhor estava na Abin, o senhor teve relação com o general Penteado? Ele estava nos grupos de inteligência?

Eu pergunto isso para o senhor, porque, como aqui a intenção é sempre pegar só o G. Dias – e eu não estou dizendo que ele é santo, não, que ele não é culpado... Quando o Penteado veio aqui, o povo também só o acolheu. Ele fez uma fala, aqui, que parecia um cartório. Ele fala: "Não. Tomada, decisores, superiores, informação..." Ele fez um cartório aqui. Como ele não era um general nomeado pelo Lula, propriamente, ele era do governo anterior, e o objetivo deles era não mexer com ninguém que tinha qualquer relação com o governo anterior, eles praticamente acolheram o general Penteado. Mas ele era o secretário executivo. Ele era o número 2, era o operador, era o que organizava. E ele fez aqui uma fala parecendo um cartório. Mas, como o objetivo era só o G. Dias, isso passou batido aqui. Entendeu?

Por isso, eu pergunto para o senhor como é que era o contato.

SAULO MOURA DA CUNHA – As minhas relações com ele foram muito burocráticas. Ele participava. Nós tínhamos 2 reuniões convocadas pelo ministro, semanalmente, mas para tratar de questões mais burocráticas. A minha relação com ele era absolutamente burocrática. Pelo menos, dos grupos que eu...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ele não estava?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não. Não estava.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor disse que haveria outras pessoas do GSI nos grupos?

SAULO MOURA DA CUNHA – No grupo, na Célula Integrada de Inteligência de Segurança Pública, sim, havia um representante da Secretaria de Segurança Presidencial nesse...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ah, sim. Que estava lá, também?

SAULO MOURA DA CUNHA – Estava lá.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Que é essa equipe toda do GSI. Então havia pessoas que também poderiam mandar essas informações.

SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, como eu disse, na minha opinião, eu estava sendo até redundante.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor falou de um sistema de inteligência que integrava vários órgãos. O Ministério da Justiça e Segurança Pública participava desse sistema?

SAULO MOURA DA CUNHA – Da célula?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Isso.

SAULO MOURA DA CUNHA – Sim. Nós tínhamos mais de... Quer dizer, essa célula foi criada pela Secretaria de Segurança Pública do GDF. Nessa célula, havia pessoas da Polícia Federal, havia pessoas do Ministério da Justiça, havia pessoas... E, no nosso grupo, o grupo para o qual nós estávamos mandando as mensagens antes, que é um grupo chamado Consisbin, mas ele, esse nome eu reconheço que é mal dado, já herdei, ele não reunia todos os órgãos do Sisbin, apenas aqueles órgãos que estão listados aqui. Mas havia um representante da então diretoria de inteligência da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Estava presente também?

SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, eu imagino, é possível afirmar que a reunião que o ministro Flávio Dino comanda que o diretor-geral da Polícia Federal faça no sábado... Porque, no sábado, há uma reunião que o governo federal convoca de preocupação com o dia 8. Aqui o povo

não fala dela porque não é conveniente lembrar essa reunião.

O diretor-geral da Polícia Federal, doutor Andrei, preocupado com o dia 8, convoca uma reunião, e ele convoca, inclusive, naquele momento, a coronel Cintia para essa reunião. Nessa reunião, eles apresentam todos os problemas; e a resposta na ata da Secretaria de Segurança Pública do DF, nesse contexto, é que estava tudo sob controle, porque o batalhão da guarda presidencial faz a guarda do Palácio do Planalto. Mas, se ele tem segurança de que a Polícia Militar, com seus quase 10 mil homens, vai fazer a contenção desse processo – nunca aconteceu uma invasão no Distrito Federal desde a criação de Brasília –, imagino que eles tinham uma certa tranquilidade e que a reunião foi para tranquilizar.

Então, é possível que as informações de inteligência da Abin tenham chegado ao Ministério da Justiça e tenham subsidiado a convocação dessa reunião. Você acha que isso é possível?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não, que chegaram ao Ministério da Justiça ou deveriam ter chegado porque havia um representante... Quer dizer, a gente não pode também controlar... a pessoa está no grupo, ou seja...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Não, mas o próprio ministro...

SAULO MOURA DA CUNHA – A pessoa tem responsabilidade. Ela está no grupo! Então, se eu estou no grupo, tenho responsabilidade de ficar atento a esse grupo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Mas o próprio ministro assume que chegaram.

SAULO MOURA DA CUNHA – Sim. Então, essa foi uma reunião operacional. A Abin não estava nessa reunião. Não posso falar sobre ela propriamente, mas as informações foram compartilhadas com o Ministério da Justiça e com todas as instâncias possíveis.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, eles tinham as informações e convocaram uma reunião, demonstrando essa preocupação com o dia e foram, inclusive, tranquilizados pela Polícia Militar do Distrito Federal em relação a esse tema.

Pergunto isso porque acho que precisamos equilibrar um pouco as responsabilidades em relação ao que aconteceu e ao papel da Abin. A Abin tinha contato direto com a Secretaria de Segurança Pública do DF? Existia uma subsecretária de inteligência, a senhora Marília, e também existia uma comissão, uma coordenação de inteligência na Polícia Militar. Eles estavam integrados nesse sistema de inteligência?

SAULO MOURA DA CUNHA – O nosso contato era basicamente com a Subsecretaria de Inteligência. Como eu disse, no sábado, ficou convencionado que seria criada pela subsecretaria, seria reativada a célula de inteligência integrada de segurança. Ela foi reativada no sábado à noite. Mas, já no sábado de manhã, como nós já tínhamos alguns indícios de ações violentas etc., eu pedi ao meu adjunto que fizesse contato com a doutora Marília e passasse para ela alguns desses alertas, apesar de sabermos que o Ministério da Justiça estava recebendo e possivelmente estava informando à Secretaria de Segurança Pública. Mas, de qualquer maneira, a doutora Marília interagiu com o meu adjunto. Certo?

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu acho que é importante ficar registrado aqui que a doutora Marília, que era subsecretária de inteligência, interagiu com a Abin. Então, ela tinha informações de inteligência para subsidiar a Secretaria de Segurança Pública. Então, você pode afirmar que ela, interagindo com a equipe da Abin, teria frações ou acesso a informações de inteligência que pudessem subsidiar a orientação dela ao secretário de segurança?

SAULO MOURA DA CUNHA – Sim. Do ponto de vista da Abin, sim.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Do ponto de vista da Abin, sim. Então, eu acho que esse dado...

SAULO MOURA DA CUNHA – Quero dizer o seguinte: ela recebeu essas informações.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Ela recebeu as informações.

SAULO MOURA DA CUNHA – Ela recebeu as informações.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Isso é importante, porque, quando a subsecretária veio aqui, ela tratou a Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública como um cartório, também. Ela falou: “Eu passava só as frações num grupo de WhatsApp”. Então, é possível afirmar que a subsecretária de inteligência, a senhora Marília, tinha informações. Portanto, a Secretaria de Segurança Pública tinha informações. Portanto, o Governo do Distrito Federal tinha informações da inteligência. Cai por terra a tese do governador do DF de que houve um apagão da inteligência naquele dia e que, por isso, a montagem da operação foi prejudicada. Então, a montagem da operação foi prejudicada por outros fatores, mas apagão da inteligência não houve. A inteligência funcionou. Há fração de inteligência aqui dizendo, nós temos acesso. E não só isso. Há, inclusive, da Subsecretaria de Inteligência. Então, eles tinham condições de fazer, de forma adequada, a montagem da operação.

Eu acho que esse elemento também é um elemento central desse processo, até para podermos hierarquizar as responsabilidades aqui no Distrito Federal.

O senhor disse que acompanhou pouco o governo Bolsonaro, que ficou a maior parte do governo fora do Brasil. Mas o senhor ocupou cargo, em algum momento, de coordenador de relações institucionais?

SAULO MOURA DA CUNHA – Exatamente. No final do ano, ao retornar para a Abin, eu fui o coordenador de relações institucionais da gestão que estava lá.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O senhor só teve notícia sobre...

SAULO MOURA DA CUNHA – Logo depois fui para o governo de transição.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Logo depois foi para o governo de transição. Está certo.

O senhor só teve notícia dos acampamentos depois da eleição, mapeou um pouco a situação dos acampamentos?

SAULO MOURA DA CUNHA – Eu acompanhava do ponto de vista, obviamente... Não tinha informações... Como eu disse, as informações de inteligência são absolutamente compartimentadas. Então... A minha fração não tratava do assunto, era muito mais de relações, como o próprio nome diz, relações com outros órgãos, com o Sistema Brasileiro de Inteligência, com o próprio parlamento. Mas nós acompanhávamos ali, obviamente, a evolução das coisas, e o governo de transição recebeu...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O olhar era essa preocupação com o Estado democrático de direito.

SAULO MOURA DA CUNHA – Com o Estado democrático de direito. O governo de transição recebeu alguns relatórios da agência, também. Foram feitos relatórios para o governo de transição. Desses relatórios eu tomei conhecimento, porque eu estava no governo.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Quando o senhor foi à CPMI, não havia essa notícia, ainda, tão difundida. Agora, há a notícia do programa que foi comprado por Israel, acho que é FirstMile o nome dele. É um programa com que se consegue fazer uma espécie de monitoramento em tempo real. É uma espionagem, arapongagem. Segundo notícia vazada na imprensa esta semana, teriam sido monitorados mais de 30 mil perfis entre jornalistas, professores universitários, políticos brasileiros, em tempo real pela Abin.

Quando o senhor sentou na cadeira de diretor-adjunto ou quando o senhor estava na transição, havia o burburinho? O senhor ouviu falar nisso?

SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, quando eu cheguei lá, esse programa, a princípio, não estava mais sendo utilizado, já havia parado de ser utilizado, e havia uma correção em andamento, tocada pela corregedoria interna da Abin. Essa correção foi iniciada antes da minha chegada, ela não tinha sido concluída ainda e ela estava em sigilo. Então, eu não... Qualquer coisa

que eu fale sobre esse programa seria leviandade minha. Não posso fazer ilações. Essa correção foi encerrada, vi pelos jornais, também soube pelos jornais. Foi aberta uma sindicância que foi avocada, inclusive, pela CGU. Então, essa sindicância estava correndo, e um inquérito da Polícia Federal.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – É possível que o governo anterior tenha utilizado a Abin para outros fins, inclusive de espionagem de opositores?

SAULO MOURA DA CUNHA – Qualquer coisa que eu falar nesse sentido é ilação. O senhor me perdoe. Seria ilação da minha parte. Não... não... Eu não posso falar. Não posso dizer.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E do ponto de vista técnico sobre o programa?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não conheço o programa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Qual a capacidade do programa FirstMile?

SAULO MOURA DA CUNHA – Juro para o senhor, não conheço o programa. Não tenho a menor ideia. Quando ele foi adquirido, se eu não me engano, eu já estava, inclusive, fora do país. E, como eu disse, esse tipo de ferramenta, há uma compartimentação na agência. Então, se houve ou não mal uso e eventual capacidade desse programa, eu desconheço absolutamente.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Então, nem quando o senhor chegou lá, não houve uma assessoria que orientou o senhor sobre isso?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não, o que eu soube é que havia uma correção em andamento sobre um programa que havia sido adquirido.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E o senhor falou que foi desativado o funcionamento dele?

SAULO MOURA DA CUNHA – Pelo que eu entendi, sim, ele foi desativado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – E quando o senhor chegou lá na posição de mais autoridade?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não, não estava. O programa... Garanto que durante os 2 meses em que eu estive lá, quando eu posso responder pela agência, esse programa não estava sendo utilizado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – O programa não foi mais utilizado?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não, absolutamente. Segundo noticiou...

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Eu acho que essa é uma preocupação democrática.

SAULO MOURA DA CUNHA – Sim, claro.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Porque, caso esse programa tenha sido utilizado durante o governo Bolsonaro, como faz saber a imprensa, através desses dados, de que pessoas e opositores foram monitorados... Não que isso seja incoerente com as posições do Bolsonaro, porque, como ele não tem apreço ao Estado democrático de direito, isso é absolutamente coerente. É coerente que ele tenha monitorado e perseguido os opositores. Então essa é uma preocupação que nós temos, como o deputado Chico Vigilante falou, porque nós temos compromisso com a democracia, nós fazemos oposição, nós jogamos o jogo democrático, participamos das eleições.

Então, isso é preocupante, e eu espero que meus colegas estejam também preocupados com o monitoramento de opositores, sendo, para isso, utilizado um sistema israelense sem autorização judicial. Essa é uma preocupação com a democracia. Uma preocupação que todos têm que ter, até porque a Agência Brasileira de Inteligência precisa atuar como agência de Estado, com informações estratégicas, como o senhor bem disse, não com informações específicas para subsidiar a segurança pública. Então isso é uma questão grave.

Eu agradeço ao senhor as respostas. Estou satisfeito com as principais considerações. Depois nós vamos analisar alguns dados de informações que chegaram e a que nós tivemos acesso agora.

Eu concludo dizendo que é importante que nós tenhamos a capacidade nesta comissão de

analisar fatos, porque os fatos nos ajudam a entender quem são os verdadeiros culpados. É importante, nesta comissão, que saibamos culpabilizar as pessoas que queriam, como o senhor disse bem aqui, atentar contra o Estado democrático de direito, porque isso é que é o fundamental.

Existia um núcleo intelectual que não reconheceu os resultados das eleições, existia um núcleo extremista que queria fazer atos violentos no Brasil, existia um núcleo financiador que dava subsídio e retaguarda econômica para o processo político que nós enfrentamos no Brasil. Isso é um fato, inclusive a Agência Brasileira de Inteligência mapeava algum risco. Não sei a gradação, mas mapeava algum risco ao Estado democrático de direito, e existiam responsabilidades concretas da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal com a Praça dos Três Poderes. Existiam responsabilidades concretas.

Não pode ser que o dia 8 de janeiro tenha se idealizado na cabeça do G. Dias, por mais que ele possa ter suas responsabilidades. Ele idealizou, ele executou, ele contratou aquelas pessoas, ele fez tudo, porque é isso que os deputados acham. Tudo foi ele. O Penteado não sabia mais de nada. Ele é um santo. O santo do Heleno. A equipe toda é a santa do Heleno. Todo mundo do governo anterior é um bando de santo, porque eles não querem saber mais de nada. E mais santos ainda são aqueles que depredaram, que subiram, que destruíram o STF porque eles vêm aqui e são acolhidos, eles são abraçados. Houve um que veio que depredou duas delegacias de polícia e foi abraçado. O povo estava chorando. Era desesperador e constrangedor para mim ver um criminoso confesso, filmado, sendo aplaudido na Comissão Parlamentar de Inquérito.

O único objetivo de alguns – isso vai ficar claro já, já – é o G. Dias, deputado Chico Vigilante. O G. Dias é o único objetivo deles, eles não falam de mais nada. Eles não querem indiciar mais ninguém, eles não querem saber mais de nada. Olha que o G. Dias tem suas responsabilidades, mas vamos ser sérios, não é, deputados? Não vamos acabar com a nossa CPI...

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputado Fábio Félix. Antes de passar a palavra para o próximo integrante da CPI, pergunto: senhor Saulo, nós temos a notícia da compra desse equipamento pela Abin. A imprensa dá notícia de que o governo de Goiás também comprou o equipamento e de que o governo do Paraná também teria comprado esse equipamento. O senhor sabe se o Governo do Distrito Federal, já que o senhor Anderson Torres foi secretário de segurança, adquiriu esse equipamento também?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não, não tenho essa informação, não posso dizer para o senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós vamos dar uma investigada para ver se compraram também, já que estava tão popular essa arapongagem.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro, por até 25 minutos, de acordo com a ordem de chegada.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Obrigado, senhor presidente. De uma forma geral, cumprimento V.Exa., todos os deputados e deputadas que aqui estão, os nossos assessores, aqueles que nos acompanham pela TV Câmara Distrital.

Eu quero ser bem rápido, porque há muita coisa importante. Estamos chegando ao final desta CPI aqui do Distrito Federal, que eu sei que não será igual à CPI do Congresso Nacional, com tudo para baixo do tapete. O governo não queria, mas, quando assumiu, assumiu tudo e não deixou investigarem nada. E só indiciou a direita.

Quero começar com um versículo da palavra de Deus, em São Mateus. Evangelho de Jesus Cristo, segundo escreveu Mateus, 5:6: "Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque eles serão fartos". Quem me conhece sabe que desde o princípio desta CPI, eu estou falando de justiça, de individualização de conduta, de princípios basilares do direito: ampla defesa, contraditório, princípio da inocência. Nós precisamos individualizar a conduta.

Eu sou tranquilo, porque eu venho fazendo uma cadeia. Eu não vim aqui de qualquer maneira, eu venho estudando todos os que passaram por aqui. E, tal como o deputado Hermeto, fiz o pedido para que V.Exa. estivesse aqui porque eu entendo que V.Exa. chega ao topo de uma escada que, na minha cabeça e na minha preparação com a minha assessoria, que são advogados – e aí cumprimento seus advogados –, nós vínhamos fazendo um caminho a que nós vamos chegar.

O deputado que me antecedeu está quase como a Mãe Dináh, tentando adivinhar o pensamento da nossa cabeça. Nós não estamos falando de G. Dias, não. O relator já falou que vai indiciar o G. Dias – o que a Eliziane Gama não teve a competência de fazer. Mas o G. Dias é um pano de fundo, deputado. Depois do G. Dias há um outro degrau que chega ao Dino. E vai chegar, está provado que vai chegar. E, depois do Dino, nós temos um último degrau: dia 7 de janeiro, o presidente Lula viaja no finalzinho da tarde. Mas nós vamos chegar lá.

Eu quero dizer a V.Exa. que não é G. Dias, não. O G. Dias é só um pano de fundo, até porque, no indiciamento dele... Se inocente, que V.Exas. chamam de terrorista, pegou 17 anos, eu acho que o Dino, no mínimo, pega daí para lá. Ele, naquela idade, não vai aguentar só. Não vai. Ele vai abrir o bico. Ele vai ter que falar. Ele vai ter que falar.

V.Exa. bem disse, está aqui o relatório... Eu falo desde sempre desse relatório. É por isso que eu fiz questão que V.Exa... São 33 alertas. Trinta e três alertas! Quem teve acesso a esses alertas? O governo federal teve acesso, o Ministério da Justiça teve acesso, a Polícia Federal teve acesso, Flávio Dino teve acesso, o Governo do Distrito Federal teve acesso. E por que aconteceu o que aconteceu?

Nós estamos nesse caminho para chegar lá. É por isso que eu falo muito da justiça. É fácil querer imputar tudo para a direita, como vemos aqui. A esquerda é santa nesse processo. Nunca vi tanta santidade como na esquerda. Aliás, ela nem acredita em Deus, vai ser santa onde? Nem aqui, nem na Cochinchina.

Senhor Saulo, a Abin monitorava o acampamento em frente ao QG do Exército? Um bate-bola bem rápido, se puder, por favor.

SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não vou usar o verbo monitorar. A Abin acompanhava o acampamento não só em frente aqui ao QG, como também acompanhava os vários acampamentos que aconteciam, do ponto de vista estratégico.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – *Ok*, mas é importante saber.

Conforme seu depoimento na CPI, a Abin emitiu 33 alertas entre o dia 2 e o dia 8 de janeiro. O senhor confirma essa informação? Confirma?

SAULO MOURA DA CUNHA – Confirmo. A quebra do meu sigilo telefônico...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Quais órgãos federais receberam esses alertas, por favor?

SAULO MOURA DA CUNHA – Num primeiro momento, os alertas foram emitidos para os centros de inteligência das Forças Armadas – CIE, CIM, Ciaer –, para a Diretoria de Inteligência da Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça, para o GSI – havia um representante – e para a Agência Nacional de Transportes Terrestres.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – *Ok*.

SAULO MOURA DA CUNHA – Depois, num segundo momento, quando é criada a célula integrada de inteligência de segurança pública, para todos aqueles órgãos que estavam nessa célula. Isso incluía: Polícia Militar do DF, Polícia Civil do DF, as secretarias de segurança, as polícias legislativas da Câmara e do Senado, a Polícia Federal, a própria Secretaria de Operações Integradas do Ministério da Justiça, o GSI, entre outros. São dezenas de órgãos.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado.

Eu só vou pedir um pouquinho da sua compreensão para que, se puder, seja mais rápido nas

respostas, por causa do tempo, está bem? É só uma cronologia.

SAULO MOURA DA CUNHA – Claro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O doutor Anderson afirmou nesta comissão que existe um órgão de inteligência que funciona dentro do Ministério da Justiça, e que esse órgão seria a Diretoria de Inteligência, a Dint. No portal do governo federal, consta a informação de que uma das atribuições da Dint é planejar, coordenar, integrar, orientar, supervisionar, como agência central do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, as atividades de inteligência e de segurança pública no âmbito nacional.

O senhor pode nos dizer se existe uma linha de comunicação direta entre a Abin e a Dint?

SAULO MOURA DA CUNHA – A Dint está entre os órgãos que receberam essa...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – *Ok*. Então, houve uma comunicação, não é?

SAULO MOURA DA CUNHA – Sim. A Dint faz parte Sistema Brasileiro de Inteligência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – *Ok*. Tendo em vista que a Dint supervisionava, como agência central do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, as atividades de inteligência da segurança pública no âmbito nacional, existiria algum motivo que nos fizesse crer que o Ministério da Justiça desconhecia os alertas da Abin ou ainda desconhecia as intenções do grupo que se dirigia para Brasília no dia 7 de janeiro?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não posso responder pelo Ministério da Justiça. A Dint, que integra o Ministério da Justiça, recebeu essas informações.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Registre-se: “a Dint, que integra o Ministério da Justiça” – portanto, há subordinação hierárquica. Está lá dentro, então sabia.

Doutor Saulo, o senhor confirma as informações de que o general G. Dias mandou que o nome dele fosse retirado da planilha que registrou os alertas da Abin sobre a possibilidade das invasões?

SAULO MOURA DA CUNHA – Sim. Como explanado assim... aqui, confirmo.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – *Ok*.

O senhor confirma a informação de que enviou alertas do seu celular pessoal diretamente para o celular do general G. Dias?

SAULO MOURA DA CUNHA – Confirmando.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O senhor confirma a informação de que, após receber os alertas, o general G. Dias reconheceu que haveria problemas?

SAULO MOURA DA CUNHA – Numa mensagem comigo, reconheceu.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – *Ok*.

Senhor Saulo, o general G. Dias era o ministro responsável pela segurança do Palácio do Planalto, mas não repassou os alertas para a equipe. Segundo o general Penteado, então secretário executivo do GSI, se os alertas tivessem sido repassados, o Plano Escudo teria sido ativado, e as invasões não teriam ocorrido.

Então eu pergunto ao senhor: além do general G. Dias, o senhor repassou os alertas para alguma outra pessoa ligada ao governo federal?

SAULO MOURA DA CUNHA – Do meu telefone particular, não. Só para o general G. Dias. Havia um integrante do GSI na célula de inteligência integrada do DF.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Dentro desse grupo para o qual o senhor mandou os alertas?

SAULO MOURA DA CUNHA – Sim.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O senhor pode dizer quem é essa pessoa?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não fui eu que mandei os alertas para esse grupo, foi a agência.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Foi a agência. Perdão.

SAULO MOURA DA CUNHA – Do meu telefone pessoal, eu encaminhei apenas...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O senhor sabe o nome dessa pessoa?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não sei, porque é o número do telefone que está lá.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O nome dessa pessoa do GSI que estava lá, o senhor sabe? Sabe quem é?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não sei quem é, não conheço essa pessoa. Mas havia um representante dessa...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor Saulo, institucionalmente falando, a Abin é subordinada a quem?

SAULO MOURA DA CUNHA – Hoje, à Casa Civil da Presidência da República. Enquanto eu estava lá, ao Gabinete de Segurança Institucional.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Quando o senhor estava, ao GSI; hoje, ao gabinete do presidente?

SAULO MOURA DA CUNHA – À Casa Civil.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – A Casa Civil é o gabinete do presidente.

SAULO MOURA DA CUNHA – Não, à Casa Civil. O gabinete do presidente é outra instância.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Em janeiro de 2023, ocupantes dos cargos de direção da Abin eram pessoas politicamente ligadas ao ex-presidente Bolsonaro, ou essas pessoas foram escolhidas por critérios técnicos?

SAULO MOURA DA CUNHA – Em janeiro de 2023?

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Em janeiro de 2023, ocupantes de cargos da direção da Abin eram pessoas ligadas ao ex-presidente Bolsonaro, ou essas pessoas foram escolhidas por critérios técnicos?

SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não era ligado ao governo Bolsonaro. Eu não era ligado politicamente a nenhum governo.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Quando o senhor chegou. E as pessoas que o senhor levou?

SAULO MOURA DA CUNHA – Algumas pessoas permaneceram, outras eu troquei por critérios técnicos. Algumas eu troquei.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – As pessoas que o senhor trocou eram indicações políticas do Lula, ou eram técnicas?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não havia no alto escalão da Abin nenhuma pessoa de fora – na minha época –, nenhum servidor de fora da Abin.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu entendo. Mas o senhor levou e nomeou algumas, porque o senhor vem da transição. Aliás, houve transição?

SAULO MOURA DA CUNHA – Sim. Participei do governo de transição.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – A esquerda disse que não houve transição. Não houve transição, não, doutor Saulo. O senhor está falando aqui, categoricamente, que houve transição.

Tenho um ato de nomeação do G. Dias em novembro. A Eliziane Gama não indiciou o G. Dias porque disse que só fazia 7 dias. Mas fazia 60 dias que o G. Dias estava como membro titular de uma equipe de transição – nomeado. Sem contar que ele, outrora, foi, por 7 anos, ministro do gabinete de gestão institucional. Não é G. Dias. G. Dias é pano do fundo!

Senhor Saulo, o senhor sabe nos dizer se, após os atos do dia 8 de janeiro, o governo federal alterou alguma estrutura da Abin ou alguma rotina de trabalho?

SAULO MOURA DA CUNHA – Os atos do dia 8... Não estou dizendo que sejam relativos aos atos do dia 8. A Abin saiu da subordinação do Gabinete de Segurança Institucional e foi para a Casa Civil.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – A Casa Civil é ligada diretamente ao gabinete do presidente da República?

SAULO MOURA DA CUNHA – A Casa Civil é um ministério do presidente. Chama-se um dos ministérios da casa. Está no Palácio do Planalto.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – É o braço direito do presidente Lula.

Quanto tempo de serviço o senhor tem nessa área de investigação?

SAULO MOURA DA CUNHA – Na área de inteligência, eu tenho quase 25; 24 anos.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Deixe-me falar para o senhor: eu passei por lá, eu fui funcionário da Esni – o senhor deve conhecer muito bem –, a Escola Nacional de Informações.

SAULO MOURA DA CUNHA – Conheço muito bem.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu trabalhei lá durante 2 anos. O povo vai ficar sabendo agora. (Risos.)

Quantas vezes já aconteceu de a Abin emitir alertas, enviá-los para que autoridades públicas adotassem alguma medida, e essas autoridades, em vez de agirem institucionalmente, esconderem esses alertas e ainda determinarem que seus nomes não constassem das planilhas? O senhor tem conhecimento disso?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não, não tenho conhecimento.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Nunca houve? (Pausa.)

Após o resultado do segundo turno das eleições, o ex-presidente Bolsonaro ligou para o senhor alguma vez?

SAULO MOURA DA CUNHA – Eu nunca estive com o presidente Bolsonaro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O senhor o conhece?

SAULO MOURA DA CUNHA – Eu o conheço. Quando eu estava em Tóquio, ele fez uma visita oficial. Foi a única vez que eu...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O senhor acha que ele tem participação nesses atos do dia 8?

SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, não vou emitir opinião pessoal.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Mas o senhor acha que, de alguma forma, ele colaborou, ele incentivou, ele patrocinou?

SAULO MOURA DA CUNHA – Deputado, não vou opinar sobre isso.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Por acaso, o senhor pode nos dizer se o ex-presidente Bolsonaro esteve em alguma reunião na Abin nos meses de novembro ou dezembro?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não sei lhe informar.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – O senhor pode nos dizer se o ex-presidente

Bolsonaro ou o general Heleno fizeram algum contato com alguma autoridade da Abin após o resultado do segundo turno das eleições?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não sei lhe informar.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Na sua gestão, o senhor teve alguma gestão de algum membro do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Dos seus filhos? Flávio Bolsonaro? Eduardo Bolsonaro? Alguém fez contato na sua gestão?

SAULO MOURA DA CUNHA – Na minha gestão, não.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Obrigado.

Deixe-me passar para o segundo momento.

Vou pedir à técnica que me ajude passando um *slide*.

Fazemos sempre uma cronologia. É necessário fazer um trabalho muito pedagógico, porque há algumas falas que são engraçadas. Se você não tiver cuidado, você é induzido.

Eu peço à técnica que vá passando os *slides* para mim, por favor.

Oitiva do general Dutra, ex-comandante militar do Palácio do Planalto. Isso aqui é para relembrar, refrescar a memória, porque teremos um parecer logo, logo. É muito importante sabermos disso aqui, porque é uma linha de tempo.

Pode ir passando o *slide*.

Esse é o general.

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Pronto.

Havia 200 pessoas no acampamento.

Olhem a primeira imagem.

Passe a próxima.

Esse pessoal não era de Brasília, gente. Esse pessoal veio de fora.

Segundo um alerta emitido pela Abin... Aqui eu estava olhando, aqui consta tudo. Não dá tempo... Mas consta detalhe por detalhe. Três mil e novecentas pessoas estavam vindo. O governo sabia disso e não fez nada, nada para coibir!

O general Penteado disse que, se tivesse colocado em prática o Plano Escudo, não teria acontecido o que aconteceu.

Então, os manifestantes foram para lá para quebrar – e eles vão responder por isso e devem –, mas alguém ajudou e é do governo federal.

Pode passar.

Os invasores chegaram a Brasília, em caravanas, a partir do dia 7 de janeiro.

Pode passar.

Está aí: o Ministério da Justiça teve acesso à informação antes do dia 8 de janeiro.

Pode passar.

Ofício expedido pela Polícia Federal para o ministro da justiça no dia 7 de janeiro.

Pode passar.

Está aí o ofício.

Passa mais um.

Olhem aí: “Pelas informações coletadas até o momento, o grupo pretende promover ações hostis e danos contra os prédios dos ministérios, do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto, do Supremo Tribunal Federal e, possivelmente, de outros órgãos, como o Tribunal Superior Eleitoral. Há informações, inclusive, de indivíduos armados fazendo a ‘segurança’ dos manifestantes, bem como inúmeros indivíduos dispostos a enfrentar as forças de segurança para tentarem, como vêm dizendo em redes sociais e em aplicativos de mensagens, ‘tomar o poder’ nesta capital”.

Olhem a leniência do governo federal. Nós estamos falando de prédio público federal. Quem protege esses prédios não é a Polícia Militar, são as forças do governo federal. Se é uma tomada de poder, deixa eu te falar, não tinha que comunicar ao governador de estado, não; tinha que ter agido o ministro de segurança, senhor Flávio Dino. Ele tinha que ter agido e não agiu.

Pode passar.

Quem manda isso? Doutor Andrei, delegado de Polícia Federal, que manda para o ministro Flávio Dino.

Passa mais uma setinha aí para ver.

Olha quando ele manda: dia 7 de janeiro. Olha o horário: 18h23min.

Pode passar.

Olha lá, está ali: “(...) invasão da sede da Polícia Federal. Sugere-se, por fim, que grupos de pessoas com o propósito de atentar contra o patrimônio público ou privado, bem como à democracia brasileira”.

Se nós estamos falando de ato de terrorismo, de tomada de poder – deixa eu te falar –, não tinha que mandar ofício para o governador, não. E o fez sábado à noite, às 19 horas. Você sabe o que um governador está fazendo sábado à noite ou domingo? Mandou ofício. Por que não pegou o celular e ligou para dizer que ia haver terrorismo, que iam tomar o poder? Por que não fez como deveria ter feito?

Pode passar.

Nesse ofício, o doutor Andrei sugere que “grupos de pessoas com o propósito de atentar contra o patrimônio público ou privado, bem como à democracia brasileira, também sejam impedidos de circular nesta capital”.

Pode passar.

“Até o presente momento, o que se sabe é que o ministro da justiça não ligou para o governador do Distrito Federal, mas enviou um ofício sábado às 19h58min”.

Pode passar.

Qual o teor do ofício do Ministério da Justiça para o governador do Distrito Federal?

Passa aí, para sabermos o teor.

Olha aí, gente: “Nesse contexto, considerando a necessidade de preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio público, sugerimos a vossa excelência a atuação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal no sentido de bloquear a circulação de ônibus de turismo no perímetro compreendido entre a Torre de TV e a Praça dos Três Poderes”.

Tudo isso que ele pediu para o governador, o governador fez. Ele que não fez o que deveria ter feito.

Pode passar.

“Ademais, reforço que o Ministério da Justiça e Segurança Pública e as forças federais estarão monitorando o referido movimento e encontram-se à disposição para emprego imediato em

caso de necessidade, a fim de resguardar o patrimônio”.

Estava lá: “encontram-se”. Está preparado. O que ele fez? Nada. Ficou lá, colocou e ficou lá.

E aconteceu o que aconteceu, que a esquerda disse que foi terrorismo, foi uma tentativa de golpe. O ministro do Lula, o que ele fez? Nada. Ele deve ter passado para o Lula. Eu acho que nós vamos chegar lá. Aí o que o Lula fez? Viajou para Araraquara.

Fatos que não podem ser desprezados para a produção de relatório: “A Polícia Militar do Distrito Federal não é responsável pela segurança dos prédios federais invadidos”.

Pode passar.

“A ANTT sabia da chegada dos ônibus, o Ministério da Justiça tinha conhecimento desse fato, o chefe do GSI reteve os alertas, o general Penteado afirmou que, se esses alertas tivessem sido repassados, as invasões não teriam acontecido. Tropas da Força Nacional de Segurança estavam no prédio do Ministério da Justiça, mas não impediram o ataque aos prédios públicos”, coisa que era função da Força Nacional, que lá estava de plantão e ficaram parados, inertes, fazendo o quê? A mando de quem? Qual era o interesse?

Pode passar.

“Conforme ofício da Polícia Federal para o ministro da justiça, os manifestantes que chegaram a Brasília no dia 7 pretendiam tomar o poder”.

Ou seja, quem estava sob ameaça era o Estado brasileiro e não o Distrito Federal. Portanto, não havia necessidade de autorização do governador para enfrentar os invasores. Aqui está demonstrada a leniência do ministro Flávio Dino. Subimos um degrau.

Deputado que me antecedeu: saia do G. Dias. Vá para o Dino. Ele sabia. Ele estava no ministério. Ele foi alertado. A Força Nacional estava de plantão. O que ele fez? Cruzou os braços. Ele disse que ligou para o Lula, que é o último degrau, de que nós vamos falar nas próximas oitavas.

“Conforme ofício da Polícia Federal para o ministro da justiça, os manifestantes que chegaram a Brasília no dia 7 pretendiam tomar o poder”.

Olha aí, gente, quem estava sob ameaça era o Estado brasileiro, não era o Distrito Federal. E, no ofício enviado ao governador do Distrito Federal, o ministro da justiça solicitou bloquear a circulação de ônibus de turismo e, no mesmo expediente, afirmou que as forças federais monitoravam o movimento e estavam à disposição para o emprego imediato. Estavam. Aliás, estão até hoje.

Pode passar.

“As autoridades federais precisam chegar a um acordo. Se foi uma tentativa de golpe, o governo federal prevaricou”. Está aqui o crime do governo federal. Se foi tentativa de golpe, que é o que a esquerda aqui fala o tempo todo e, depois, vem deputado da esquerda falar de novo, foi tentativa de golpe, então, o Estado federal, o presidente Lula e o Flávio Dino prevaricaram e têm que ser indiciados. Está aí a prevaricação. Ou, então, não foi golpe de Estado. Não foi.

Se não foi tentativa de golpe, os presos não podem responder por tentativa de abolição violenta do Estado democrático. É simples assim. Leitura racional! Leitura racional para quem entende, para quem não quer fazer pano de fundo porque não queria a CPI federal. Não queria! Houve deputado federal que disse que o governo federal, o governo do presidente Lula estava pagando 60 milhões para cada deputado tirar a assinatura. Ele perdeu, foi aprovada. O que ele fez? Tomou de assalto a CPMI. E eu tenho aqui parte do relatório.

Eu estou com medo da Eliziane, que é uma vergonha para a nação. Ela deve responder, porque ela é uma autoridade pública que parou, ganhou dinheiro do Estado para produzir um relatório vergonhoso como esse relatório que ela produziu. E ela vai entender isso, em 2026, lá no estado do Maranhão. Ela vai ver a igreja dar uma resposta para ela.

Pode passar.

“O GSI usa tamanho de arquivo para não detalhar as invasões”.

Nós vamos para outra escadinha, para outro degrau.

Pode passar.

“Documento secreto do Governo Lula ignorou protocolo de defesa do Palácio, 1º de agosto”.

Pode passar.

“Lula só decidiu viagem a Araraquara na tarde do dia 7 de janeiro”. Muita coincidência! Muita coincidência!

Pode passar.

Olhem aí, esse aqui não trouxemos. Não podemos trazer, não, deputada Paula Belmonte. Esse aí é o fotógrafo Adriano Machado. Não podemos trazê-lo, não. Não podemos trazer jornalista, mas trouxeram. Olhem só: “Repórter diz que registrou guarda das Forças Nacional parada no Ministério da Justiça”. É o repórter que não quiseram trazer. Está aí, tão importante aqui, mas alguma coisa tem que se jogar para debaixo do tapete, não é?

Pode passar.

Ex-chefe da Abin: “Equipe de G. Dias facilitou a entrada de manifestantes”.

Olha onde estamos chegando, olhem o degrau que estamos subindo aí?

Pode passar.

“Imagens internas do Ministério da Justiça, do dia 8 de janeiro, não existem mais, conclui investigador”.

Aonde chegamos? À imagem que a CPI determinou, pediu... que o Supremo determinou... o ministro da justiça... Pasmem! Juiz, que sabe que dar fim a provas enseja prisão.

Nós estamos falando de inocentes, de pessoas humildes presas, e G. Dias e Dino soltos. Por que quem mandou prender aqueles manifestantes que estavam lá não mandou prender também G. Dias e Flávio Dino? Eles destruíram provas e, no ordenamento jurídico, destruição de prova é um dos motivos que ensejam prisão. E o ministro e G. Dias onde estão? Viajando.

Aí nós chegamos ao penúltimo degrau: ministro da justiça. Cadê as imagens?

Pode passar.

Aí, acabou.

Isso aí é a estrutura da Secretaria-Geral da Subchefia de Assuntos Jurídicos.

Pode passar.

Eu não tenho tempo de discurso mais, mas discurso é ao longo do tempo, mostrando uma linha cronológica e fatos, porque contra fatos não há argumento. Aqui, está demonstrado que de Dino, de G. Dias para baixo, houve prevaricação, já há o crime, tipificação e individualização da conduta.

Estou facilitando até para o relator hoje.

Agora, nós vamos chegar ao próximo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu só quero esclarecer para as pessoas que estão assistindo a esta CPI que, no que depender de mim, do relator e da maioria dos deputados, aqui ninguém coloca nada para debaixo do tapete. Aqui não se esconde nada, porque, pela fala do deputado, ficou parecendo que nós aqui estamos escondendo as coisas. Aqui ninguém esconde nada, absolutamente nada.

Concedo a palavra, agora, ao deputado Thiago Manzoni, por 25 minutos, tendo em vista que

esta CPI foi comunicada que o titular, deputado Joaquim Roriz Neto, não estaria aqui hoje.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Bom dia a todos que assistem a esta CPI. Bom dia, doutor Saulo. Bom dia aos advogados que o acompanham.

Eu vou começar pelo final, porque, na primeira participação que eu tive, aqui, como suplente nesta CPI, eu li o ofício enviado pelo doutor Andrei para o ministro Flávio Dino, assinado no dia 7 de janeiro de 2023, às 18 horas e 23 minutos.

Na minha primeira participação, eu li esse ofício, e eu fico feliz que, depois de 8 meses – quase um parto, deputado Gabriel Magno! –, estamos chegando aonde temos que chegar. No final das contas, não vai dar para esconder a participação, seja por omissão, seja por ação do governo federal com relação ao que aconteceu no dia 8 de janeiro de 2023.

Está muito claro para todo mundo, só não vê quem não quer. Vai haver gente que vai se fazer de cego, vai haver gente que vai sair do plenário, vai haver gente que não vai querer ver. Não há problema. Só não vê quem não quer.

O doutor Andrei Augusto Passos Rodrigues, delegado da Polícia Federal, diretor-geral da Polícia Federal, enviou ofício ao ministro da Justiça Flávio Dino falando sobre os atos que aconteceriam no dia 8 de janeiro. Ele fala: “Essas pessoas que estão vindo para Brasília estão querendo destruir prédios públicos”. Ele nomina quais são os prédios. Ele fala que eles querem destruir os prédios dos ministérios, do Congresso Nacional, do Palácio do Planalto, do Supremo Tribunal Federal e de outros órgãos; possivelmente, do TSE. Está escrito aqui, mas há gente que não vai querer ler.

O ministro Flávio Dino recebe o documento e, na sequência, oficia o governador Ibaneis, que faz exatamente o que o ministro Flávio Dino lhe pediu para fazer: “Não deixe os ônibus descenderem da altura da Torre de TV para baixo”. Eles não descenderam. Não descenderam. Não descenderam!

É uma vergonha que nós não tenhamos... Não vou dizer nós porque isso está sendo dito aqui, mas que muitos não tenham a coragem de apontar o dedo para isso e dizer: “Eles sabiam, nada fizeram e se omitiram dolosamente”. Dolosamente! Isso é proposital. E vem deputado apontar o dedo para as forças de segurança do Distrito Federal e para a nossa Polícia Militar. Está bom, a responsabilidade é da Polícia Militar, até dos prédios públicos do governo federal. A Polícia Militar não tem responsabilidade sobre o Palácio do Planalto, não tem responsabilidade sobre o Supremo Tribunal Federal nem sobre o Congresso Nacional. Não tem, não tem, não tem.

Vamos terminar esta CPI, infelizmente, sem saber quem facilitou a entrada daqueles vândalos no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal. Nunca vamos saber quem deu a ordem para tirar o barramento dos gradis. Nunca vamos saber quem deu a ordem de facilitação porque a Polícia Militar veio aqui e falou: “Foi facilitado”. Nós nunca vamos saber isso porque essas pessoas não vêm aqui para ser ouvidas. Infelizmente, não temos como chegar a elas, mas, em especial, no que concerne ao Palácio do Planalto, conseguimos. Está aqui o diretor da Abin dizendo: “Eu enviei os alertas. Enviei 33 alertas”. Ele falou: “Eu os enviei pessoalmente”. Ele não enviou só no grupo, mas pessoalmente.

No grupo – preciso ressaltar isso – está o Ministério da Justiça. Mesmo que não tivesse havido o ofício do delegado Andrei, diretor-geral da Polícia Federal, o Ministério da Justiça sabia porque ele recebeu todos os alertas. Abro aspas: “Contudo, há risco de ações violentas contra edifícios públicos e autoridades”. Fecho aspas. No dia 6 de janeiro.

E o Dint, o Departamento de inteligência... Ou a Diretoria de Inteligência estava aqui e sabia! Tanto sabia que chamou a Força Nacional. Para proteger quem? O prédio do Ministério da Justiça. Só. E os outros? Não. Dane-se. “Nós não moveremos um músculo, só se eles vierem aqui até o Ministério da Justiça”. “Mas está quebrando aqui ao lado, no Palácio do Planalto, a 150 metros. Está quebrando aqui do lado!” “Não, ninguém se mexe, não. Fica parado aí”.

Eu vou falar uma coisa aqui: a Força Nacional tinha o dever de agir, é de ofício; ela tem o

dever de agir. Ela está vendo os prédios do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal serem destruídos, ela tem o dever de agir. Por esse motivo, eu apresentei um requerimento a esta comissão, aprovado, para que nós ouçamos o coronel Sandro Augusto de Sales Queiroz, porque ele tem de se explicar: por que não deu ordem para aquela tropa agir? Quem mandou que aquela tropa não agisse?

Na ausência dele, nós só podemos supor que foi quem quis defender o seu próprio prédio, o ministro da Justiça – e também há um requerimento para ele ser ouvido aqui! O nosso relator já falou que não vai indiciar ninguém que não tenha sido ouvido, o que é justo. Você tem de deixar as pessoas se defenderem, tem de haver contraditório, a pessoa tem de poder se explicar, se justificar. O que não é justo é nós terminarmos esta CPI sem ouvir esses 2 aqui. Isso não é justo, isso não é certo, isso não produz justiça.

Enquanto eles não são ouvidos, há pessoas, como uma senhora de 70 anos, sendo condenada a 17 anos de cadeia. “Ah, mas é criminosa!” Beleza, responde pelos crimes que cometeu, individualiza a conduta: quebrou o quê? Qual é o ato que esta pessoa aqui em específico cometeu? Mas dizer assim: “Ah, não, todo mundo que entrou queria abolir o Estado democrático de direito”. Ai, ai...

Graças a Deus, há voto divergente lá no Supremo. Graças a Deus, há ministro do Supremo dizendo assim: “Não, essas pessoas não tentaram abolir violentamente o Estado, não; elas cometeram crimes, mas não esses que lhes estão sendo imputados”. Graças a Deus, há divergência, porque senão seria perigoso até eu, como parlamentar, vir aqui e dizer isso: Não, não foi tentativa de golpe. E há ministro do Supremo que concorda comigo, que fez voto em separado no julgamento dessas pessoas que estão lá.

Enquanto essas pessoas estão sendo julgadas, o general Gonçalves Dias não está sendo julgado, não foi sequer indiciado nesse vergonhoso relatório da CPMI! É uma vergonha mesmo, é uma vergonha para o Brasil fingir que nada aconteceu em relação ao ministro Gonçalves Dias e ao ministro Flávio Dino. É indecoroso, é chamar a população brasileira de palhaça! Depois não sabem por que a população tem vergonha dos políticos e de CPI, e por que falam que todas acabam em *pizza*. É óbvio. Olhem esse relatório produzido pela senadora Eliziane. Como é que você não chama isso de *pizza*? Vai chamar de quê?

Como é que você não chama isso de *pizza*? Vai chamar de quê? Vai chamar de quê? Há trechos que beiram a comédia.

Mas, aqui, temos a chance de demonstrar que nem todas as casas de leis e nem todos os parlamentares agem da mesma forma. Vai haver indiciamento das pessoas que invadiram. Eu não tenho dúvida disso. Vai haver indiciamento das pessoas que depredaram, eu não tenho dúvida disso. Elas cometeram um crime! Mas há de haver indiciamento também das autoridades públicas que deviam agir e não agiram. Eu tenho certeza de que o deputado Hermeto, apesar de ser da Polícia Militar, vai indiciar policiais militares, porque, eventualmente, houve, por culpa ou não, omissões que geraram o dia 8 de janeiro. Lamento que isso tenha acontecido, porque sou um admirador e um defensor da Polícia Militar aqui, mas não podemos parar na Polícia Militar. Não podemos parar no general Gonçalves Dias, porque está claro para todo mundo que o ministro Flávio Dino sabia e protegeu a si mesmo, protegeu o seu próprio prédio, protegeu o prédio de onde ele estava assistindo e *twittou* que estava assistindo! É demais para a minha cabeça um ministro da justiça e da segurança pública ir a uma rede social dizer que está vendo o que está acontecendo e a Força Nacional não agir! Ficou parada, inerte, como se não houvesse o dever de agir.

É uma vergonha para o Brasil que tenhamos que engolir essa história de que as câmeras de segurança do Ministério da Justiça sumiram e que foram apagadas as imagens. Cara, que vergonha! Que vergonha! Que vergonha para o Estado brasileiro o que alguns deputados aqui vêm dizer e defendem com tanta veemência. Não defendem Estado nenhum, não defendem democracia nenhuma! Defendem esse socialismo maldito que se apoderou da América Latina, defendem essa

doutrinação maldita que está acabando com os países. Vêm aqui para defender os seus políticos de estimação e apontar o dedo para quem pensa diferente. Vêm aqui para ridicularizar quem traz a linha do tempo dos acontecimentos!

Quem atenta contra o Estado de direito no Brasil são as pessoas que querem proteger as autoridades públicas que deveriam agir e não agiram, se omitiram, se omitiram vergonhosamente. Vou repetir aqui pela milésima vez: todos os que cometeram crimes têm que ser punidos pelos crimes que cometeram. Isso inclui as autoridades públicas.

É uma vergonha que esta casa tenha a coragem de apontar o dedo para o governador Ibaneis, que ficou 66 dias afastado por uma decisão judicial depois que ele cumpriu exatamente o que o ministro Flávio Dino pediu para ele. Ele ficou afastado e o ministro Flávio Dino ainda está no cargo. As imagens do Ministério da Justiça sumiram! Há gente que vem aqui e tem a coragem de apontar o dedo para o Governo do Distrito Federal. Até pode, não por isso, porque tudo o que o ministro Flávio Dino pediu foi feito.

Nossa CPI avançou. Oito meses. Demorou oito meses para nós chegarmos aqui e podermos dizer assim: "O ministro da justiça sabia". Sabia e está documentado. Eu falei isso da primeira vez. A deputada Paula, o deputado Daniel, o deputado Joaquim, nós falamos isso desde o início. Mas nós chegamos ao final com a possibilidade de ouvi-lo para que ele possa se defender.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública é muito importante. Aliás, a segurança pública no Brasil está um caos. Está um caos. Produzido pelo ministério, produzido pelas políticas públicas que têm sido implementadas. Mas esse não é o escopo desta CPI, como também não é o escopo desta CPI se a Abin agiu para investigar outras pessoas ou não. Esse tipo de pergunta nem deveria ser feito aqui.

Mas é porque tudo tem que cair no colo do Bolsonaro. É porque tudo dá volta, dá volta, dá volta, dá volta, dá volta e tudo tem que cair no colo do Bolsonaro. Bolsonaro tem que ser chamado de fascista. Se numa reunião dessas não tiver um jeito de acusar o Bolsonaro e chamá-lo de fascista é como se a reunião não tivesse acontecido.

Aí vem aqueles jargões "extrema direita". Os deputados da extrema direita trazem fatos aqui desde a primeira reunião desta CPI. Fatos contra os quais não se pode argumentar, mas se tenta.

Nós trazemos aqui a legislação. Trouxemos aqui, inúmeras vezes, a legislação que aponta a atribuição de cada um dos elementos desse acontecimento do dia 8 de janeiro.

General Penteado esteve aqui. Hoje quem está aqui é o doutor Saulo. Eu te peço desculpas, doutor Saulo, por não fazer perguntas, mas é porque tudo que eu ia perguntar já está respondido. V.Exa. já respondeu, e respondeu com franqueza.

Então, a gente tinha a Abin, a Agência de Inteligência. Ela produziu a inteligência. Ela produziu a informação. São os sensores. Ela repassou para o decisor, e o decisor reteve. Isso está claro para todo mundo. A pergunta é: por que reteve? A mando de quem reteve? A quem estava vinculado o general Gonçalves Dias?

O doutor Saulo respondeu aqui: a partir do início deste ano, o GSI passou a integrar a Presidência da República. Então, o general Gonçalves Dias responde diretamente ao presidente da República, o senhor Luiz Inácio Lula da Silva. Ora, se ele respondia ao presidente Lula diretamente, estando vinculado por norma lega, se ele respondia ao presidente Lula e foi ele quem reteve as informações – e quanto a isso não há mais dúvidas aqui –, é justo que eu pergunte: será que foi o presidente Lula que mandou ele reter as informações?

"Ah, mas está defendendo o pessoal que depredou". Não estou não. Estou não. Não estou defendendo, não. Aquela galera errou e está pagando pelos erros que cometeu. Não se trata de defender quem cometeu o crime. Trata-se de descobrir agora quem facilitou o cometimento do crime, porque foi facilitado e isso está claro para todo mundo aqui. Só não vê quem não quer. E cada um que responda no grau da sua culpabilidade pelos eventos do dia 8 de janeiro.

No entanto, é impossível negar que o general Gonçalves Dias, que o GSI estava subordinado à Presidência da República. É um órgão integrante da Presidência da República. É impossível não ver que o ministro Flávio Dino protegeu o seu próprio prédio – e só o seu próprio prédio – e, depois, as imagens foram apagadas. São fatos. Estão aí para todo mundo ver.

É uma pena que o ministro Flávio Dino tenha tanta disposição para esclarecer fatos como o chamamento pejorativo dele pelo tal do Monark em rede social – isso vai ser esclarecido, o Monark chamou o Flávio Dino de um apelido de que ele não gostou – e tenha tão pouca disposição para entregar as câmeras de segurança, a fim de esclarecermos o acontecimento que, até agora, marcou o ano no Brasil. O ano de 2023 só teve um assunto além das barbaridades que o Lula fala e faz: o 8 de janeiro. Qual é a discussão do ano inteiro? É o 8 de janeiro.

O ministro da justiça tem a chance de entregar as imagens do Ministério da Justiça sobre o 8 de janeiro. As imagens sumiram. Primeiro ele se negou a entregar e falou assim: “Só se o Supremo me autorizar”. O Supremo o autorizou e falou assim: “Entregue lá para o Congresso Nacional”. Ele entregou 4 câmeras e falou assim: “O resto, as imagens sumiram”. E ele falou assim: “Era o contrato. Eu não sou gestor de contrato. As pessoas têm que entender que eu sou ministro da justiça. Eu não sou gestor de contrato”.

Diz o deputado aqui ao meu lado: “É muito para a nossa inteligência”. É muito para a inteligência do povo brasileiro. É muito para a inteligência do povo brasileiro.

Faltam só 2 oitivas e esta CPI se encerrará no início do mês de dezembro.

Eu acho que nós prestamos um grande trabalho para a nação brasileira. Não fosse esta CPI e não fosse a coragem de alguns deputados aqui, nada disso teria vindo à tona.

Se os órgãos de imprensa e da mídia eventualmente não publicam documentos como esses mostrados aqui, nesse telão, não há problema. Não há problema. As redes sociais se encarregam de fazer esse trabalho, por enquanto, enquanto não há, sobre elas, censura.

Isso tudo que está sendo mostrado aqui corre o Brasil, e é por isso que a senadora Eliziane Gama, quando anda pelo Brasil, é hostilizada, porque o Brasil está vendo isso tudo por meio das redes sociais de parlamentares, lá do Congresso Nacional e daqui.

As pessoas, de maneira geral, têm um senso de justiça dentro de si. Todo ser humano carrega, dentro de si, um sentimento de moralidade que é intrínseco a nós, que é inerente à nossa humanidade.

Os brasileiros acham injusto que senhorinhas, como a Dona Jupira, recebam mais de 10 anos, quase 20 anos de cadeia, e nós tenhamos que tolerar que as imagens sumiram. Não é justo. Não é certo.

Não é justo – e todo mundo no Distrito Federal sabe, quem votou no Ibaneis e quem não votou nele – que o governador tenha ficado 66 dias afastado, depois de ter cumprido o que o ministro Flávio Dino pediu a ele, e o ministro Flávio Dino continue no cargo. Não é justo. Não é justo que o ministro Gonçalves Dias só tenha sido exonerado porque a CNN divulgou as imagens que foram vazadas. Senão ele estaria lá até hoje. Não é justo. E sabe quem estaria sendo culpado? O doutor Saulo, que está aqui. Se aquelas imagens não vazassem, a culpa iria ser da Inteligência, como culpam a Inteligência do Distrito Federal pelo que aconteceu.

Então, a coragem do doutor Saulo deve ser louvada, mas também é uma coragem que, se ele não tem, para expor o que aconteceu, e se ele não fala assim: “Eu entrego meu sigilo telefônico e de dados”, cairia no colo dele, porque o sistema se protege. E o brasileiro percebe isso. O brasileiro vê isso. Desde as pessoas mais humildes até as pessoas menos humildes. O brasileiro percebe isso. De quem tem pouca escolaridade até quem tem muita escolaridade, de quem tem pouco dinheiro até quem tem muito dinheiro, o brasileiro percebe isso.

Eu peço a Deus, deputado Chico Vigilante, deputado Hermeto, que nos dê muita sabedoria para conduzirmos esta CPI de maneira que o povo do Distrito Federal não sinta por nós a mesma

repulsa e a mesma vergonha que têm do relatório da senadora Eliziane. Eu parabenei o senhor aqui embaixo, deputado Hermeto, e gostaria de fazê-lo de público, porque V.Exa. tem tido coragem de tocar em pontos que outros no seu lugar não teriam, inclusive dando entrevistas.

E já que V.Exa. tem tido essa coragem, eu gostaria de mais uma vez fazer um apelo aqui para que nós ouçamos o coronel Sandro Queiroz e ouçamos o ministro Flávio Dino. Eles são imprescindíveis para que fechemos esse quebra-cabeça e para que o deputado Hermeto possa ter conforto para indiciar quem merece ser indiciado e não indiciar quem não merece ser indiciado.

Eu termino a minha fala reiterando o que consta no Requerimento nº 211. O então secretário de segurança pública, Anderson Torres, veio aqui e depôs e ele está respondendo a um processo administrativo no âmbito do Departamento da Polícia Federal. Eu fiz um requerimento para que as oitivas daquele processo administrativo sejam trazidas para cá para que possamos ter outros elementos de prova além daqueles que ele já trouxe. E eu gostaria, deputado Hermeto, de contar com o seu apoio para que esse Requerimento nº 211 fosse votado e aprovado, para que tenhamos acesso ao que está sendo produzido naquele processo administrativo, que é mais do que o que nós temos aqui na CPI.

Muito obrigado, doutor Sandro, pelas respostas que o senhor trouxe. Eu não quis repetir as perguntas que já haviam sido feitas, eu parabenezo o senhor pela coragem.

Saulo, e não Sandro. Peço perdão por ter errado, doutor Saulo. Parabenezo o senhor pelas respostas, pela franqueza, por ter disponibilizado toda a documentação para nós, como fez lá na CPMI. Peço a Deus que abençoe o senhor, o nosso trabalho aqui e as nossas famílias. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Só para esclarecer para a opinião pública que está assistindo a nós, o requerimento encaminhado pelo deputado Thiago Manzoni fala de "requerimento de todos os atos administrativos". Não diz de quem nem para quem. É por isso que eu não o trouxe para submetê-lo à apreciação. V.Exa. conserte o requerimento e o traga, porque aí nós vamos...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Não, tem que dizer o que era. O requerimento de V.Exa. diz, bem genérico: "Queremos todos os processos administrativos", sem dizer de quem. Como é que eu iria submeter isso? Conserte-o e nós vamos apreciá-lo.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno, por até 15 minutos, de acordo com a ordem de chegada.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Obrigado, senhor presidente. Bom dia a todos e todas. Bom dia, senhor Saulo Moura.

Senhor Saulo, primeiro quero dizer que o deputado Fábio Félix alertou-o sobre o que aconteceria, nós vimos: pouco compromisso com a verdade. Estão pouco interessados pela verdade. Estão até pouco interessados no que o senhor tem a falar.

Eu quero, antes de iniciar as minhas questões, fazer 2 agradecimentos, senhor presidente. Primeiro, quero agradecer ao deputado federal André Fernandes, do PL, pela CPMI do Congresso Nacional, que foi tão importante e produziu um relatório substancial – 1.700 páginas – que indiciou e nos revelou a tentativa de golpe de Estado que aconteceu neste país, organizada e orquestrada pelo próprio partido do André e pelo ex-presidente inelegível e agora também indiciado, Jair Messias Bolsonaro.

Quero agradecer também a base do governo Ibaneis, que nos trouxe hoje evidências materiais muito importantes que revelam a omissão do próprio governador Ibaneis. É que eles esqueceram uma parte dos documentos, mas eu vou mostrá-los aqui.

Senhor Saulo, quantos anos o senhor tem de serviço na Agência de Inteligência Brasileira?

SAULO MOURA DA CUNHA – Vinte e quatro anos.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – No último período desse tempo, nos últimos 4 anos, o senhor não estava no Brasil, correto?

SAULO MOURA DA CUNHA – Sim. Eu fiquei 3 anos como adido de inteligência junto à embaixada do Brasil em Tóquio.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Falo isso, senhor Saulo, porque nós vivemos nos últimos anos no Brasil. O relatório da CPI é muito preciso, esse é um momento muito difícil, de desmonte do Estado, de destruição dos direitos. A população brasileira sofreu demais, vários morreram. Isso é reconhecido até mesmo internacionalmente.

O senhor, na embaixada do Japão, provavelmente deve ter escutado de vários representantes de outras nações a preocupação que tinham com o caminho a que o Brasil estava se direcionando. Digo isso porque foi dito aqui "Opção de Estado". Esta era a opção de Estado dessa turma: destruir os direitos sociais e a própria democracia.

O senhor respondeu uma questão que, para mim, é a mais importante. Eles falaram que o seu depoimento aqui é fundamental. Eu vou fazer essa pergunta novamente: na sua opinião, houve uma tentativa de golpe de Estado neste país?

SAULO MOURA DA CUNHA – Eu não posso afirmar para o senhor que foi uma tentativa de golpe de Estado; o que houve foi uma clara violação do Estado democrático de direito. Mais uma vez, os fatos falam por si. Nós tivemos as sedes dos 3 Poderes invadidas.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Perfeito, senhor Saulo. Eu acho que esta é a questão mais importante: houve a violação do Estado democrático de direito. Talvez na sua posição o senhor não possa dizer, mas eu vou dizer: violação do Estado democrático de direito é tentativa de golpe. Tentativa de golpe de Estado. Isso é violar o Estado democrático de direito. Essa é a questão fundamental, senhor Saulo.

Eu vou fazer mais uma pergunta: o senhor falou que tem 24 anos de serviço na Agência Brasileira de Inteligência, que já acompanhou diversas manifestações aqui na capital federal, correto? É comum que, com relação a esses atos, a essas manifestações que acontecem na capital federal, a responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, que é subordinada ao governador do Distrito Federal, é acompanhar todos os processos, desde a inteligência e desde a operação, principalmente do espaço que é chamado Esplanada dos Ministérios? É atribuição da Secretaria de Segurança Pública e do Governo do Distrito Federal?

SAULO MOURA DA CUNHA – Vou falar não do ponto de vista de inteligência, porque não há correlação. Obviamente a segurança pública do GDF também está a cargo da Polícia Militar, da Secretaria de Segurança Pública e da Polícia Civil do GDF.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – E é uma tarefa da Secretaria de Segurança Pública proteger esse espaço da Esplanada dos Ministérios?

SAULO MOURA DA CUNHA – Sim. Espaços públicos, sim.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – *Ok.*

Eu falo da inteligência, senhor Saulo, porque o senhor disse que, no grupo que tinha de disparos, havia agentes da inteligência do GDF, da Secretaria de Segurança, correto?

SAULO MOURA DA CUNHA – No grupo Sisp, nós tínhamos... Bom, primeiro, ele foi criado pela Secretaria de Inteligência. Eu acho que é preciso deixar isso mais claro. Ele foi criado pela Subsecretaria de Inteligência do GDF. Ali nós tínhamos a própria subsecretaria e representantes da inteligência da Polícia Civil, da PM, até do sistema penitenciário, se eu não me engano.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – *Ok.*

SAULO MOURA DA CUNHA – Bem como de outras agências.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Obrigado, senhor Saulo. Isso é importante.

Eu vou entrar em 3 pontos que, para nós, são fundamentais e centrais.

Nós estamos vivendo e vivenciamos nos últimos anos o florescer... Não vou chamar de florescer, porque flor é sempre uma boa referência. Mas nós vimos crescer, com muita preocupação, o fascismo no Brasil. O fascismo tem um problema – além de sequestrar os direitos e a própria integridade física, porque o Estado que essa turma defende é aquele da ditadura militar e aqui exaltaram ditadores, sanguinários, torturadores –, ele sequestra a verdade. Digo isso porque não só a Abin, mas também outros órgãos de Estado foram sequestrados também nos últimos anos, capturados por esse discurso muito perigoso que destruiu o nosso país. Nós estamos vendo agora a arapongagem, a espionagem, a perseguição contra brasileiros, frutos desse aparelhamento nocivo que o bolsonarismo fez.

Há uma segunda questão. Eu já disse aqui, mas repito, presidente, e o senhor Saulo confirma. No Brasil, houve uma violação do Estado democrático de direito, uma tentativa de golpe de Estado. É por isso que o relatório da CPI é muito importante, é um marco histórico na história deste país da democracia brasileiro. Indiciou o ex-presidente golpista, indiciou 8 generais e mais um monte de gente por aqueles crimes que cometeram. Apresenta, de maneira técnica, como foi organizada, pensada e planejada a tentativa de golpe de Estado. Esse discurso de que vai ser relatório técnico ou político... Tirar alguém do relatório é uma opção política, não técnica, diante dos fatos e das provas. É com muita tecnicidade, com muita prova. Mas o que se coloca ou não, dentro de um relatório, é fundamentalmente uma opção política. Por isso que o relatório do dia 8 é muito preciso. Ele identifica, com nitidez, com evidências e provas, quem articulou a tentativa de golpe de Estado.

A CPI é importante porque trata do dia 8 de janeiro, mas também do dia 12 de dezembro.

O senhor já estava na Abin, senhor Saulo, no grupo de transição, no dia 12 de dezembro?

SAULO MOURA DA CUNHA – Eu estava no grupo de transição.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Estava no grupo de transição no dia 12 de dezembro.

SAULO MOURA DA CUNHA – Eu sou servidor da Abin, mas eu estava no grupo de transição.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Na gestão o senhor estava. Dia 1º de dezembro foi a sua nomeação no grupo de transição, *ok*?

SAULO MOURA DA CUNHA – Isso.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O dia 12 de dezembro também é escopo desta CPI: a tentativa de golpe – que não se iniciou ali, mas fez parte desse processo – do governo Bolsonaro, do ministro da justiça Anderson Torres, do general Heleno do GSI.

Só que, aqui, há uns que falam muito grosso para tentar atacar o governo Lula e se calam – é um silêncio ensurdecador – ao falar das responsabilidades do governo anterior e do Governo do Distrito Federal em relação ao dia 12 de dezembro, as quais também são o escopo desta CPI.

Por isso que eu reafirmo – o senhor também reforça isto, senhor Saulo, assim como outros vários que estiveram aqui – o que já sabemos a respeito de todas as falhas do processo de organização do dia 8 e do que antecedeu esse dia: o não reconhecimento do resultado das eleições; o aparelhamento das forças de Estado; a perseguição que aconteceu na PRF – cujo ex-diretor está preso, por tentar aparelhá-la e por tentar sabotar para evitar que os eleitores do Lula votassem no dia 30 de outubro –; todo esse processo de perseguição que houve e o não reconhecimento dos acampamentos criminosos.

Criminosos aqueles acampamentos! Isso foi dito por vários aqui, inclusive por uma pessoa que eles acabaram de citar, o diretor-geral da Polícia Federal, o senhor Andrei, que, sem titubear, disse. Só que eles esquecem ou apagam isso, porque é a prática do fascismo sequestrar a verdade. Para eles, esta parte da fala do diretor-geral da Polícia Federal não vale: que os acampamentos foram criminosos, que foi ali gestada e planejada a tentativa de golpe de Estado do dia 8 de janeiro.

Por fim, eu quero abordar a responsabilidade do Governo do Distrito Federal.

Foram apresentados 2 documentos. Eu quero que mostrem para mim a primeira imagem.

(Apresentação de documento.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O primeiro documento, que já foi apresentado, é do diretor-geral da Polícia Federal, o senhor Andrei, que fala que eles estão muito preocupados, que vai haver uma tomada de poder e é preciso tomar providências.

O Andrei, inclusive, diz que ele chamou uma reunião com o Governo do Distrito Federal, combinou e acertou isso com o Governo do Distrito Federal. Esse documento foi assinado – é importante, vou colocar isso aqui – às 18 horas e 51 minutos do dia 7 e foi encaminhado para o Ministério da Justiça, para o ministro Flávio Dino.

Eu gostaria que fosse apresentado o segundo documento.

(Apresentação de documento.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O Flávio Dino, de prontidão – de prontidão! –, às 19 horas e 11 minutos do mesmo dia 7, encaminha o documento para o Governo do Distrito Federal autorizando o emprego da Força Nacional de Segurança Pública. Ou seja, 20 minutos depois. Ele recebeu o documento da Polícia Federal e encaminhou a portaria para o governador 20 minutos depois: “Está autorizado o emprego da força”.

Só que a Constituição diz o seguinte: quem pode autorizar é o governador do Estado. O governador do Estado é quem precisa autorizar. O que o Ibaneis fez?

É o documento que eles esqueceram. Quero apresentar o terceiro documento.

(Apresentação de documento.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Ele pediu o uso da Força Nacional. Sabe que horas, doutor Saulo? Às 17 horas e 29 minutos do dia 8. Já estavam tomados os prédios.

Alguém aqui perguntou algo. De fato, já sabemos – o relatório da CPMI afirmou – quem foi que cometeu o crime. O Bolsonaro organizou; os seus aliados organizaram os que invadiram os prédios; uma parte do agronegócio financiou – disso nós sabemos – e houve aqueles que se omitiram.

Eu tenho dito isto aqui: não houve apagão. Alguém apertou o interruptor e desligou a luz da segurança. E quem deveria religar o interruptor da segurança, o governador do Distrito Federal, o senhor Ibaneis, o que ele fez? Aproveitou o apagão e o escurinho para tirar uma soneca. Como ele mesmo disse, ele estava dormindo! Dormiu! Omitiu-se! Só pediu a força de segurança depois que já tinha acontecido. Era ele que deveria ter acionado, prontamente, a força, como o fez o ministro Flávio Dino, que pediu e autorizou.

O governador Ibaneis desrespeitou um pacto e o acordo feito com a Polícia Federal de fechar a Esplanada, permitiu que os vândalos, que os golpistas descessem a Esplanada, sendo que o senhor Andrei, da Polícia Federal – eles esquecem também essa parte –, disse que chamou uma reunião com a Secretaria de Segurança Pública e, nessa reunião, combinou e acertou o seguinte: não permitam que os vândalos desçam a Esplanada. O que aconteceu? Foram escoltados pela Polícia Militar ao invés de impedidos.

É por isso que o Alto-Comando da PM está preso, porque o Alto-Comando da Polícia Militar também, senhor Saulo, infelizmente, fez parte dessas instituições que foram capturadas pelo bolsonarismo.

O bolsonarismo fez muito mal para o Brasil e ainda faz. O alto-comando será responsabilizado – está sendo. Espero que, no relatório desta CPI, também seja. E espero que, não só nesta casa, como indica o relatório da CPMI, corretamente, sejam aprofundadas as investigações sobre o governador Ibaneis, principalmente sobre as omissões dele.

Quero agradecer de novo à bancada do governo por apresentar as provas. Está aqui a linha do tempo: a Polícia Federal alertou, juntamente com a Abin; o ministro da justiça autorizou o emprego da força, e o governador Ibaneis tirou uma soneca, dormiu. Dormiu, diante da escuridão, do apagão que alguém mandou que fosse feito. Nós sabemos quem mandou apertar o interruptor: o senhor ex-presidente inelegível Bolsonaro e sua trupe de milicianos. E o Ibaneis nada fez.

É fundamental que avancemos nas investigações.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu queria pedir aos deputados que se limitem à fala durante o tempo de fala, porque ficar, fora do microfone, tentando dialogar com os senhores não vai dar certo.

Concedo a palavra, por 15 minutos, na condição de suplente, à deputada Paula Belmonte.

Antes de liberar o microfone para a deputada, comunico que aquele lanchinho tradicional está comprado. É com o dinheiro do meu bolso. Vamos comer o lanchinho depois da fala da deputada Paula Belmonte. São só 4 lanchinhos.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O depoente e os acompanhantes do depoente têm direito a lanche. Eu já comprei o lanchinho.

Está com a palavra a deputada Paula Belmonte, por 15 minutos.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Presidente, muito grata. Eu já tive a oportunidade de comer esse lanche, é muito bom. Muito grata pela sua gentileza.

Eu quero, primeiro, inicialmente, pedir a Deus que nos abençoe. Abençoe a todo o nosso Brasil, porque esta CPI tem uma responsabilidade muito diferente da vergonhosa CPMI que aconteceu no Congresso Nacional, que é uma CPMI que, primeiro, não teve tempo de analisar nada, uma CPMI totalmente política, de cujo relatório todos nós já sabíamos.

É para mim motivo de vergonha uma mulher senadora fazer um tipo de relatório com esse conteúdo. Ela, inclusive, foi do meu partido. E eu falo que eu me senti envergonhada, porque nós mulheres somos competentes, nós mulheres somos sérias, comprometidas, e, infelizmente, a senadora Eliziane não mostrou competência e, principalmente, imparcialidade. Ela é do Maranhão, é bem amiga do Flávio Dino, e realmente isso faz com que todos nós brasileiros percamos a nossa esperança.

Eu gostaria de viver neste país que estão dizendo: “Janja no País das Maravilhas”. Eu gostaria de viver nesse país, porque eu não consigo vê-lo. Este país da Janja, o País das Maravilhas, eu não consigo entender onde está. Porque eu estou vendo cada vez mais as pessoas pobres; eu estou vendo cada vez mais políticos entrando nas empresas públicas, as empresas perdendo seus ativos; eu estou vendo aqueles caras que estavam na corrupção, os políticos na corrupção, voltando à cena de crime.

E aqui, senhor Saulo, eu sou uma deputada independente. Eu não faço parte do governo. Eu sou uma pessoa que nunca fiz parte nem em âmbito federal – eu era deputada federal. Eu sou uma pessoa que eu estou aqui, principalmente, na condição de mulher e mãe, porque eu acredito que nós precisamos lutar por um futuro melhor do nosso país.

Nesse sentido – eu tenho só 15 minutos, eu não vou ficar fazendo discurso –, eu acho que nós estamos falando de uma coisa muito séria, que é o GSI e a Abin, que são patrimônios do Brasil. A função do GSI e da Abin é um patrimônio do Brasil.

Quando nós estivemos com o general G. Dias, ficou bem claro... e aí eu quero que o senhor fale, porque o senhor falou que o senhor avisou ao general G. Dias... Nós estivemos aqui com o major que serviu água, e ele disse que existiam 3 tipos de categoria de manifestantes, mostrando, sim, que havia infiltrados, mas, também, que o GSI estava de bandeira laranja.

Então, ouvimos e percebemos, nitidamente, que houve um colapso nas informações. A coronel Cintia esteve aqui e falou que a única pessoa que não participou da reunião do dia 6 foi exatamente o GSI.

Aí eu até peço licença e já me desculpo anteriormente com o senhor, de quem eu tenho uma vasta documentação, inclusive de coisas que o senhor disponibilizou para a CPMI, mas eu quero, principalmente, que o senhor seja bem... o senhor é bem objetivo, e o senhor não se sinta constrangido de eu interrompê-lo, mas qual é a importância do GSI e da Abin para todos os brasileiros? O senhor pode explicar para nós, rapidamente? (Pausa.)

SAULO MOURA DA CUNHA – Eu vou falar bastante objetivamente. A senhora me perdoe se eu enfatizar a Agência Brasileira de Inteligência, porque, apesar de ela fazer parte do GSI – fazia, pois neste momento não faz mais parte do GSI –, ela é um órgão independente, é uma agência, mas estava subordinada ao GSI. A Agência Brasileira de Inteligência é a agência de Estado e a única agência de Estado responsável pela produção de inteligência estratégica para o poder decisório nacional. Portanto, não existe país, pelo menos que eu conheço, que não disponha de uma agência de inteligência. Ela é formada... e aqui eu faço questão de dizer, é um órgão de Estado. Seus servidores são hoje, na sua ampla maioria, concursados. Somos todos servidores públicos.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Só para que nós possamos ser mais produtivos, mais profundos, não vamos conseguir muito por conta do tempo, mas hoje a Abin está vinculada à Casa Civil ou está vinculada ao GSI?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não, ela deixou de ser vinculada ao GSI mais ou menos em março.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Gente, isso é que é importante. Esse ponto é importante. E aí eu falo aqui a respeito da sua preocupação com a senhora Ana. Nós temos aqui informação das trocas de mensagens dizendo exatamente isto: a preocupação da politização da Abin. Olha só o que está sendo falado e as pessoas estão despercebidas na situação. Nós estamos falando de uma Agência Brasileira de Inteligência – não existe nenhum país que não tenha isso como órgão de Estado – que hoje está anexa à Casa Civil. Isso é seriíssimo, presidente. Isso é seriíssimo.

E há aqui informações que o senhor esteve... Olha só, a palavra do senhor. Dia 11 de janeiro, às 14 horas e 33 minutos, o Saulo se refere ao G. Dias da seguinte forma: "Estou aqui na sala do Palácio fazendo papel de palhaço, esperando um certo ministro me chamar". À dona Ana: "Você pode mandar, sem PDF. Vão começar a mexer no texto e dizer que é nosso ou que é deles" – o texto da agência que tem a autenticidade da agência.

Gente, cadê esse país da maravilha da Janja que eu não estou sabendo?! O que nós estamos fazendo é um desmonte de uma agência extremamente importante!

O senhor Saulo – olha só, eu gostaria que a câmera mostrasse como está todo mundo nervoso com o que eu estou falando –: "Temos logo, mas eu vou conversar com ele longe do Penteadado. Melhor mandar sem logo da Abin, para não dizerem que é do GSI".

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputada Paula Belmonte, eu vou parar o tempo.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu estou falando e esse tempo é o meu tempo. Eu não vou permitir.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu vou parar o tempo, porque eu preciso fazer um esclarecimento.

SAULO MOURA DA CUNHA – Isso se trata da minha quebra de sigilo telefônico que foi oferecido em sigilo para a CPMI.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Pois é, mas nós temos acesso.

SAULO MOURA DA CUNHA – Mas a senhora não pode falar da minha quebra de sigilo

telefônico. Eu não disponibilizei o meu sigilo telefônico para esta comissão, deputada.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, eu quero mostrar que nós temos documentos aqui. Olha só a seriedade do que nós estamos falando.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Deputada, eu vou parar o tempo e depois V.Exa. vai voltar a falar. O tempo está parado. Será restabelecido o tempo de V.Exa. Eu estou parando o tempo para dizer o seguinte: V.Exa. entrou no Ministério Público dizendo que nós tínhamos vazado.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Eu entrei no Ministério Público?

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – É uma quebra de sigilo. Eu estou dando um exemplo. Que nós tínhamos vazado. Nós não vazamos, mas eu estou sendo investigado. Portanto, eu estou querendo, para preservar V.Exa., já que o doutor Saulo disse aqui que isso é uma quebra de sigilo dele que não está autorizada...

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Não está autorizada? Não estou entendendo, não.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Portanto, não está disponibilizada para esta CPI. Portanto, para preservar V.Exa., e o meu intuito é só da preservação do mandato de V.Exa., esse documento não faz parte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Então, eu vou falar como brasileira, presidente. Eu agradeço de coração.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Portanto, é para sugerir a V.Exa. que não o use. É só isso.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Está ótimo. Eu estou aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu não quero cercear V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Estou entendendo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu não quero cercear V.Exa. Estou só lhe esclarecendo isso para que V.Exa. não venha a ter problemas. É só isso.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Muito grata pela sua gentileza.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Agora eu restabeleço seu tempo.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Agradeço, inclusive, a sua responsabilidade, mas nós estamos diante de um desmonte da Abin, e quem era o interessado nesse desmonte? É para isso que nós precisamos olhar. Existe, sim, documento comprovando esse desmonte.

Outra coisa, a mudança...

Deputado Fábio Félix, eu gostaria que V.Exa. se aquietasse, porque quando V.Exa. falou um monte de barbaridade, aqui, de Janja no país das maravilhas, eu não falei nada.

Então, eu peço por gentileza que V.Exa. me respeite, e eu gostaria de repor meu tempo, porque eu estou perdendo tempo, presidente. Está me atrapalhando.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu peço que o deputado Fábio Félix respeite o tempo que agora é da deputada Paula Belmonte. Ela tem ainda 8 minutos. Está parado o tempo, enquanto eu estou falando, porque eu gosto de preservar o tempo de fala dos deputados.

V. Exa. tem um tempo para falar e não vai ser interrompida por ninguém nem fora do microfone.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Muito grata, presidente.

Eu quero aqui dizer que essa é uma situação seriíssima, é mais do que está sendo falado. Nós estamos falando de um desmonte, e eu quero dizer que estou preservando o senhor, porque o senhor sabe da importância da agência Abin, que está sendo desmontada por uma questão política.

E qual é o interesse?

Eu trouxe esse assunto quando o ministro G. Dias esteve aqui. O G. Dias falou, aqui para nós, que não tinha sido informado. Por que esse documento, do qual o Flávio Dinho falou, ele passou para o governador, mas não o passou para o G. Dias? É muito sério o que está sendo falado aqui. E aqui somos brasileiros, não se trata de partido político, de cor 1, cor 2 ou cor 3, é a cor do Brasil.

A Agência de Inteligência Brasileira está sendo desmontada, está virando um órgão político e está sendo usada politicamente. Se outros governos fizeram isso que sejam recriminados também.

Houve a situação de uma falsa narrativa e eu espero que ela seja investigada bem como a construção disso, tanto é que o senhor Saulo foi exonerado. Existe a suspeita de que essa narrativa, inclusive, com trocas de mensagens, foi construída – infelizmente eu digo isto porque eu conheci e conheço – com o senhor Alexandre Padilha.

Nós estamos aqui falando de um Brasil... E, presidente, com todo o carinho e respeito que eu tenho por V.Exa., é sua a responsabilidade com esta CPI, o senhor como presidente, uma pessoa de Brasília... Nós estamos falando de pessoas simples, pessoas que... Como nós dissemos aqui, ninguém aqui está falando de Janja país das maravilhas, mas nós estamos falando de pessoas simples que estavam, sim, fazendo uma manifestação, mas que todos os vândalos paguem o preço.

Eu não sou a favor de nenhum vândalo, mas esta CPI ainda precisa investigar, porque tem o poder de investigar. Nós não ouvimos advogados que foram violados nas suas prerrogativas de direito. Nós ouvimos aqui denúncias seriíssimas de maus-tratos a pessoas, elas fizeram denúncias à nossa Comissão de Direitos Humanos a respeito da alimentação, pois a alimentação que recebem não serve nem para cachorro. Há muitas coisas para investigarmos ainda. Muitas coisas para investigar! E não é para defender um grupo, é para defender o Brasil. Essa questão que trago é brasileira. Faço um pedido, se preciso, formalmente: vamos aumentar o prazo desta CPI. Há muitas coisas para investigar ainda, há muitas pessoas ainda para trazermos para cá.

Foi dito aqui: o ministro Flávio Dino sumiu com as filmagens. Ele sumiu com as filmagens! Ele não nos responde e não as traz. O que vamos fazer? O que aconteceu com essas pessoas que estão recebendo sentenças sem a individualização das penas? Dezessete anos! Eles falam: “Vamos colocar tornozeleira eletrônica”. Imagina você ser monitorado 24 horas por dia? Isso, sim, precisa ser olhado pela Comissão de Direitos Humanos. O que está sendo feito?

Infelizmente, não vou poder falar mais – e não estou me sentindo cerceada por uma questão jurídica –, mas há muita coisa nesse buraco. Muita coisa tem que ser investigada. Cabe a todos nós brasileiros, pessoas que amam este Brasil e que querem, sim, o fortalecimento da democracia, olharmos para a Abin e para o GSI com muita responsabilidade. Eles, sim, têm que ser órgãos de estado e não órgãos políticos como foi feito.

Muito grata. Que Deus nos abençoe. Fica o nosso pedido para que possamos explorar cada vez mais e chegar à verdade devida.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, deputada Paula Belmonte.

Quero, neste momento, já caminhando para o encerramento, parabenizar a Polícia Civil do Distrito Federal, que fez uma investigação – digo isto para as pessoas que estão assistindo a nós terem consciência de que a internet não é uma terra sem lei – e descobriu que o cidadão que ficava especialmente me agredindo enquanto eu estava presidindo os trabalhos na sessão é um músico, reside nos Estados Unidos, em Miami. Ele já está identificado pela Polícia Civil do Distrito Federal. Está sendo aberto um inquérito policial para que ele responda efetivamente por tudo o que ele falou.

Devo dizer às pessoas que estão assistindo a nós que qualquer cidadão ou cidadã que se sentir agredido na sua honra em grupos de WhatsApp ou em redes sociais entrem com denúncia na Polícia Civil do Distrito Federal, porque isso é crime cibernético – como está dizendo o meu relator –, entrem com a denúncia porque a polícia é competente e capaz de descobrir quem é.

Doutor Saulo, o senhor gostaria de acrescentar mais alguma coisa na tarde de hoje?

SAULO MOURA DA CUNHA – Não, deputado. Espero que eu tenha elucidado as dúvidas dos senhores.

Quero apenas ressaltar, mais uma vez, que a Agência Brasileira de Inteligência é um órgão de Estado, seus servidores são servidores de Estado. Ouve-se muito falar, não vou entrar novamente na coisa... Tenho 25 anos na atividade, tive a honra de chefiar a agência apenas por 2 meses. É preciso que esta casa fique certa de que os da política, da polícia; não estão a serviço de ninguém, estão a serviço do Estado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu tenho a felicidade de ter um amigo que foi ministro, secretário de governo do Brasil, na época da presidenta Dilma. Nessa época a Abin estava ligada à Secretaria de Governo. Esse meu amigo, deputado Hermeto, me falou: “Chico, tenha muito cuidado na abordagem da Abin, porque a Abin é uma entidade séria. Se algumas pessoas desvirtuaram o papel da Abin, têm que ser punidas. Não ataque”. E eu não estou atacando a Abin como instituição. A partir desse momento, eu passei a ter esse cuidado. É uma entidade que merece o respeito de todos nós, mas há pessoas lá dentro que se desvirtuaram e vão responder pelo que fizeram.

Eu quero agradecer ao doutor Marcelo Loureiro e ao doutor Leonardo Fraga, que são advogados da Advocacia-Geral da União, a AGU – e podem chegar a advogado-geral um dia, quem sabe! Eles vieram acompanhando o doutor Saulo, porque este, como servidor público concursado e da ativa, tem direito à assistência por parte da AGU.

Portanto, muito obrigado pela presença de vocês. Foram muito bem-vindos e tiveram comportamento exemplar no dia de hoje, ao contrário de um determinado depoente que esteve aqui dizendo que não tinha advogado. Nós pedimos à Defensoria Pública do Distrito Federal que nomeasse um advogado, foi nomeado um defensor para acompanhá-lo, depois apareceram 4 dizendo que eram advogados. Ainda foram me denunciar na OAB dizendo que eu teria maltratado eles. Eu disse que não os reconhecia como advogados, porque eu estava certo.

Agradeço ao depoente; aos deputados e deputadas; à imprensa, que mais uma vez faz uma cobertura exemplar nesta CPI; agradeço aos demais presentes nesta reunião.

Tendo cumprido a pauta e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a 31ª reunião ordinária.

(Levanta-se a reunião às 12h50min.)



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516**, Chefe do Setor de Taquigrafia, em 27/10/2023, às 18:01, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: 1400299 Código CRC: F863EBC0.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI-3– CEP 70094-902– Brasília-DF– Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - setaq@cl.df.gov.br

00001-00008706/2023-96

1400299v9